

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Conforme o Acórdão TCU nº 2.273/2024, a decisão pela publicação ou não do ETP deve ficar à cargo do órgão licitante, de acordo com as características do objeto a ser licitado e respeitando as particularidades de cada caso concreto. Considerando que as informações necessárias e suficientes para que os licitantes compreendam o escopo e seus requisitos estão descritas no Termo de Referência e seus anexos, e para: - evitar o risco de informações conflitantes entre o ETP e o termo de referência, já que este artefato de planejamento pode alterar as soluções/especificações que foram preliminarmente delineadas no ETP ou, ainda, complementar/detalhar tais soluções e alternativas; - evitar a necessidade de revisar e compatibilizar o ETP após a elaboração do termo de referência no caso de este artefato de planejamento modificarem alguma disposição do estudo técnico preliminar, gerando um retrabalho desnecessário; - mitigar potenciais pedidos de impugnação ou esclarecimento de dúvidas baseados em informações que estão contidas no ETP; e - evitar o aumento desnecessário do volume de documentos e dados a serem analisados pelos licitantes, aumentando, por conseguinte, os custos de transação com o setor público, devido a grande quantidade de informações existentes no ETP que não são de interesse dos potenciais concorrentes. O ETP não será publicado como um anexo do edital.]

Número do processo: 10906.342903/2025-81

2. Descrição do Objeto

Este ETP foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022.

O ETP não deverá ser publicado em conjunto com o instrumento convocatório, uma vez que, tal publicação não é obrigatória (Acórdão TCU nº 2.273/2024) e todos os requisitos técnicos e detalhes relevantes do ETP serão conteúdo do TR superveniente.

1. Número do processo: 10906.342903/2025-81
2. Objeto: Prestação de serviço comum de engenharia, de natureza continuada, para manutenção preventiva e corretiva dos prédios, instalações e equipamentos.

Serviços prestados sem dedicação exclusiva de mão de obra para manutenção preventiva e corretiva, bem como serviços eventuais, incluindo mão de obra especializada, ferramentas, materiais, peças e equipamentos necessários e adequados à execução dos referidos serviços; com tarefas, padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, para atender as unidades da SRRF09 na sub-região oeste do Estado do Paraná.

3. Descrição da necessidade

A finalidade da contratação é assegurar a continuidade do perfeito funcionamento e a conservação das instalações prediais e demais ativos das Unidades da Receita Federal do Brasil. Muito além de uma exigência legal, garantir uma manutenção adequada, um ambiente seguro e saudável para cidadãos e servidores, além de proteger o patrimônio são necessidades prioritárias para essas Unidades. As fundamentações se baseiam em:

- O uso diário desses ativos provoca um acentuado desgaste na infraestrutura, nos componentes mecânicos e elétricos dos sistemas, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico, garantir a qualidade do ar, a prevenção de riscos de incêndio e à saúde dos ocupantes; necessitando, portando, da prestação do serviço que é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários e das edificações.
- A falta ou a condução inadequada das ações de manutenção, eleva os custos específicos, prejudica o desempenho dos trabalhos (seja por quebras, paradas não planejadas, interdições ou degradação do ambiente de trabalho), aumenta os riscos para a segurança, para o cumprimento de normativos e metas; e causa insatisfação dos servidores, prestadores de serviços e do público em geral.

- As normas brasileiras enfatizam que os serviços de manutenção não podem ser realizados de forma improvisada, esporádica ou casual, devendo compreender um serviço técnico especializado programável, cujo investimento é voltado para a preservação patrimonial, que, para atingir uma maior eficiência, exige procedimentos organizados.
- A Portaria Copol nº 302 de 13 setembro de 2023, que dispõe sobre a política de manutenção de ativos da RFB, estabelece que todos os imóveis ocupados pela RFB, seus equipamentos, máquinas e instalações devem ser adequadamente mantidos conforme as diretrizes do órgão, a legislação e normas técnicas pertinentes.

Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades, preservação do patrimônio e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas; faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos ativos, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

Os serviços de manutenção predial executados nas unidades de Foz do Iguaçu (ALF/FOZ, Aduana PIA, Aduana PTN e PCVA), de Santa Helena (IRF/SHA) e de Guaíra (IRF/GIA), de Cascavel (DRF/CVL, DMA/CVL), de Toledo (ARF/TOL), de Pato Branco (ARF/PBO) e de Francisco Beltrão (ARF/FBO); vem sendo prestados em conformidade com o Contrato SRRF09 nº 16/2021, celebrado entre a União, representada pela SRRF09, e a empresa Cix Construtora LTDA, CNPJ: 19.486.949/0001-71. O contrato tem prazo de vigência previsto para expirar em 31 de dezembro de 2025.

Com a implantação, em Foz do Iguaçu, das novas aduanas, em fase final de construção, há a necessidade de inclusão destas unidades (Aduana Ponte Internacional da Integração BR/PY e Aduana da Ponte Internacional Tancredo Neves BR/AR - nova) no escopo de contratação para atendimento a partir de 2026.

Em razão deste cenário, houve a necessidade de instruir novo procedimento licitatório com vistas a contratar o objeto descrito neste ETP.

Como já abordado, os serviços de manutenção predial são essenciais para a preservação do patrimônio público, bem como para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, sistemas e equipamentos, possibilitando desta forma, que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível, com boas condições para atendimento ao público.

Cumprir destacar que se faz necessária a contratação para a execução indireta dos serviços em comento em face da inexistência de mão de obra nos quadros funcionais típicos da SRRF09 e unidades subordinadas para prestação do referido serviço.

A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico das Unidades Gerenciais, uma vez que consta em suas programações orçamentárias e financeiras atuais.

O objeto da contratação não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Não sendo possível sua padronização devido a variedade de tipos, especificações e quantidades dos ativos a serem mantidos.

A contratação será instruída em conformidade com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia (IPPC – Engenharia), elaborado pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, constando nos autos a fase de planejamento da contratação, com Documento de Formalização da Demanda, este Estudo Técnico Preliminar, gerenciamento de riscos, pesquisa de preços, Termo de Referência/Projeto Básico, bem como as demais peças técnicas aplicáveis ao caso concreto, observando-se as diretrizes e boas práticas recomendadas pelo referido instrumento.

Por todo o exposto, verifica-se a necessidade de realização do respectivo procedimento licitatório, para contratação dos serviços em questão para vigência de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis até o prazo máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, garantindo à unidade gestora a prestação de serviços de qualidade aos contribuintes e colaboradores, aliada ao critério de seleção da contratação que gere menor dispêndio orçamentário.

Os serviços serão prestados nas seguintes localidades:

Serviços de Manutenção - Unidades Base e Locais de Atendimento				
Lote	Unidade BASE	Unidades Atendidas	Endereço	Área [m²]
1	ALF/FOZ	ALF/FOZ - Alameda da Receita Federal em Foz do Iguaçu	Av. Paraná, nº 2845 - Morjolo, Foz do Iguaçu/PR	23.542
		ADU/PIA - Aduana Ponte Internacional da Amizade	BR 277, s/n - Pontes, Foz do Iguaçu/PR	17.513
		ADU/PTN - Aduana Ponte Internacional Tancredo Neves	Av. Mercosul, s/n - Carimã, Foz do Iguaçu/PR	3.080
		DVA/FOZ - Pátio de Veículos Apreendidos Foz	Av. José Maria de Brito, s/n - Centro Cívico, Foz do Iguaçu/PR	574
		IRF/SHA - Inspetoria da Receita Federal em Santa Helena	Av. Brasil, nº 1481 - Centro, Santa Helena/PR	526
		IRF/GIA - Inspetoria da Receita Federal em Guaira	Rua Castro Alves nº 359 - Centro, Guaira/PR	941
		ADU/PII - Aduana Ponte Internacional da Integração (BR/PY - Nova)	Rod. Petrópolis Leste, s/n - Três Fronteiras, Foz do Iguaçu/PR	11.919
		ADU/PTN - Aduana Ponte Internacional Tancredo Neves (BR/AR - Nova)	Av. Mercosul, s/n - Carimã, Foz do Iguaçu/PR	10.080

Serviços de Manutenção - Unidades Base e Locais de Atendimento				
Lote	Unidade BASE	Unidades Atendidas	Endereço	Área [m²]
2	DRF/CVL	DRF/CVL - Delegacia da Receita Federal em Cascavel	Rua Rio Grande do Sul, nº 1289 - Centro, Cascavel/PR	4.306
		DMA/CVL - Depósito de Mercadorias Apreendidas em Cascavel	Rua Galibizil, nº 213 - Santo Onofre, Cascavel/PR	6.032
		DVA/CVL - Pátio de Veículos Apreendidos Cascavel	Rodovia BR 277, Km 576, Pátio Fierroeste, Cascavel/PR	42
		ARF/TOL - Agência da Receita Federal em Toledo	Rua Rui Barbosa, nº 2510 - Centro, Toledo/PR	337
		ARF/PBO - Agência da Receita Federal em Pato Branco	Rua Almoré, nº 389 - Centro, Pato Branco/PR	423
		ARF/FBO - Agência da Receita Federal em Francisco Beltrão	Rua Otaviano Teixeira dos Santos, nº 1111 - Centro, Francisco Beltrão/PR	504

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª RF	Roque Luiz Wandenkolk Souza de Oliveira Tadie Mattiazzi

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços de manutenção predial para as unidades administrativas elencadas no item 2 destes Estudos Técnicos Preliminares serão contratados como prestação de serviços com disponibilização de mão de obras sem regime de dedicação exclusiva, ou seja, sem a necessidade de a Contratada manter, em período integral e de forma exclusiva, os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas de seu interesse.

Com base nos planos de manutenção elaborados foram estimadas as equipes para atender a demanda do escopo, conforme abaixo, que poderão utilizar as unidades base especificadas como apoio, partindo delas para atender as unidades jurisdicionadas.

Serviços de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva - **Base ALF/FOZ** (atende ALF/FOZ, ADU/PIA, ADU/PTN, DVA/FOZ, IRF/SHA, IRF/GIA, ADU/PII nova, ADU/PTN nova):

- 5 (cinco) Oficiais de Manutenção Predial
- 5 (cinco) Eletrotécnicos
- 0,75 (três quartos) de Técnico em Eletrônica
- 1 (um) Técnico em Mecânica
- 3 (três) Pintor - CBO
- 3 (três) Ajudante de Pintor

Serviços de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva - **Base DRF/CVL** (atende DRF/CVL, DMA/CLV, ARF/TOL, ARF/PBO e ARF/FBO):

- 2 (dois) Oficiais de Manutenção Predial
- 2 (dois) Eletrotécnicos
- 0,5 (meio) Técnico em Eletrônica
- 0,25 (um quarto) Técnico em Mecânica
- 1 (um) Pintor
- 1 (um) Ajudante de Pintor

Além da equipe de profissionais acima estimada para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a empresa Contratada deverá considerar, em cada unidade base (ALF/FOZ e DRF/CVL) os seguintes profissionais:

- **01 (um) Técnico de Programação e Controle de Serviço de Manutenção (PCM)**

O PCM prestará os serviços de programação e controle das manutenções e também será o responsável pelo plantão técnico, e responderá por todas as localidades de sua base.

- **01 (um) Encarregado**

O encarregado lidera a equipe de manutenção, distribuindo tarefas, orientando sobre procedimentos e garantindo a execução correta das atividades. Ajuda na identificação das necessidades de manutenção para evitar problemas futuros, e acompanha a execução de reparos e consertos em sistemas elétricos, hidráulicos, mecânicos, civis e outros em todas as unidades de sua base. Acompanha o estoque, o recebimento e a inspeção de materiais e equipamentos para a manutenção, controla o uso de recursos. Avalia e seleciona serviços de terceiros para consertos. Zela pela segurança da equipe e do ambiente de trabalho, seguindo normas e procedimentos.

- **01 (um) Engenheiro Civil**

A supervisão técnica dos serviços será realizada por este profissional, na sua área de competência, através de visitas semanais na unidade base e no mínimo uma visita semestral nas outras unidades, para realizar as atividades de gestão da manutenção objeto deste contrato; supervisão das atividades, elaboração de relatórios e auxílio técnico. O profissional deverá realizar a visita durante o horário de expediente das unidades, na necessidade de acompanhamento de alguma intervenção, ou sempre que for solicitada pelo gestor do contrato. A demanda estimada é de 32 horas mensais.

- **01 (um) Engenheiro Eletricista**

A supervisão técnica dos serviços será realizada por este profissional, na sua área de competência, através de visitas semanais na unidade base e no mínimo uma visita semestral nas outras unidades, para realizar as atividades de gestão da manutenção objeto deste contrato; supervisão das atividades, elaboração de relatórios e auxílio técnico. O profissional deverá realizar a visita durante o horário de expediente das unidades, na necessidade de acompanhamento de alguma intervenção, ou sempre que for solicitada pelo gestor do contrato. A demanda estimada é de 32 horas mensais.

As diferentes categorias profissionais realizam atividades relacionadas e complementares entre si, visando a completa execução do objeto pretendido.

Os serviços serão prestados de forma preventiva (serviços obrigatórios a serem executados com rotina e periodicidade estabelecidos) e de forma corretiva (serviços a serem realizados imediatamente após a detecção do problema – aleatoriamente ou durante uma preventiva; ou conforme a solicitação de demanda - de forma programada ou emergencial).

Além disso, a contratação envolve a prestação de serviços auxiliares (especializados e intrinsecamente ligados à preventiva), a serem executados através de subcontratação de acordo com a periodicidade prevista no plano de manutenção preventiva.

Exige-se também a prestação de serviços eventuais.

Os materiais, as peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizados, serão fornecidos pela Contratada.

A Contratada deverá estar apta a incorporar nas suas rotinas o uso do software de gestão de manutenção (CMMS) tão logo ele seja disponibilizado pela Contratante. Objetivo: utilizar ferramentas que permitam um eficaz gerenciamento e controle dos serviços e materiais empregados na manutenção predial nas unidades.

Para formação do preço paradigma foi estimada uma quantidade mensal de deslocamentos, abaixo descrita, para atendimento das manutenções nas cidades menores partindo das cidades bases, considerando a dificuldade de mão de obra local.

Tabela 4.A - LOTE 1 - Deslocamentos Mensais estimados (Fora da Cidade base)

Origem: Foz do Iguaçu - Destino: Santa Helena	
Manutenção Preventiva - MP	1
Manutenção Corretiva - MC	1
Distância [km]	107
Tempo Médio [h]	01:32
Total Mensal	
Deslocamentos (MP+MC)	2
Distância Percorrida [km]	428
Tempo em Deslocamento [h]	06:08

Origem: Foz do Iguaçu - Destino: Guaíra	
Manutenção Preventiva - MP	1,5
Manutenção Corretiva - MC	1,5
Distância [km]	219
Tempo Médio [h]	03:17
Total Mensal	
Deslocamentos (MP+MC)	3
Distância Percorrida [km]	1314
Tempo em Deslocamento [h]	19:42

Devido à maior distância e quantidade de serviços foi prevista a possibilidade de pernoite somente para os deslocamentos para a cidade de Guaíra e para os casos de urgência/emergência previstos neste Termo de Referência.

A estratificação da previsão de deslocamentos por modalidade x localidade é a seguinte:

Quantidade Mensal de deslocamentos - Modalidade x Localidade						
	Civil	Elétrica	Eletrônica	Pintura	Mecânica	Adotado
IRF_SHA	1	1	1	1	0	2
IRF_GIA	1	1	1	2	0	3

Tabela 4.B – LOTE 2 - Deslocamentos Mensais estimados (Fora da Cidade base)

Origem: Cascavel - Destino: Toledo	
Manutenção Preventiva - MP	2
Manutenção Corretiva - MC	1
Distância [km]	42
Tempo Médio [h]	00:39
Total Mensal	
Deslocamentos (MP+MC)	3
Distância Percorrida [km]	252
Tempo em Deslocamento [h]	03:54

Origem: Cascavel - Destino: Francisco Beltrão	
Manutenção Preventiva - MP	0,5
Manutenção Corretiva - MC	0,5
Distância [km]	181
Tempo Médio [h]	02:42
Total Mensal	
Deslocamentos (MP+MC)	1
Distância Percorrida [km]	362
Tempo em Deslocamento [h]	05:24

Origem: Cascavel - Destino: Pato Branco	
Manutenção Preventiva - MP	0,5
Manutenção Corretiva - MC	0,5
Distância [km]	235
Tempo Médio [h]	03:34
Total Mensal	
Deslocamentos (MP+MC)	1
Distância Percorrida [km]	470
Tempo em Deslocamento [h]	07:08

Há previsão de necessidade de pernoite nos deslocamentos para as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, bem como nos casos de urgência /emergência, previstos no Termo de Referência.

A estratificação da necessidade de deslocamentos por modalidade x localidade é a seguinte:

Quantidade Mensal de deslocamentos - Modalidade x Localidade						
	Civil	Elétrica	Eletrônica	Pintura	Mecânica	Adotado
ARF_TOL	2	1	1	3	0	3
ARF_FBO	1	1	1	1	0	1
ARF_PBO	1	1	1	1	0	1

O transporte das equipes, materiais, ferramentas e equipamentos, dentro da cidade da base/região metropolitana da base, que ocorrem diariamente e várias vezes por dia, cabem à Contratada e devem ser considerados e incluídos na prestação dos serviços.

Excepcionalmente, em casos de força maior, havendo necessidade, a equipe que presta atendimento em uma base poderá prestar serviços nas cidades de outra base, sendo tratado e medido como serviço eventual.

Os serviços de manutenção predial são classificados como comum de engenharia pois têm por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Os padrões mínimos de qualidade e o desempenho serão aferidos por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

De acordo com o divulgado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2023/comunicado-02-2023-utilizacao-de-codigos-genericos-na-instrucao-de-processos-de-contratacao>, o catálogo eletrônico de padronização será observado no momento do cadastramento do serviço no portal de compras.

Nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818/2021, o serviço a ser contratado, bem como os equipamentos e itens de consumo aplicados para suprir as demandas das estruturas da contratante deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Quando houver indicação de marca e modelo, será respeitada a parametrização imposta pelo Manual de Manutenção de Ativos, estabelecida na Portaria Copol nº 302, de 13 de setembro de 2023. E quando houver vedação de determinada marca e/ou produto será indicado processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração.

Ainda em relação aos materiais, os custos de frete, o controle de estoque, bem como a operacionalização das logísticas de entrega e reversa cabem à contratada.

Os serviços de manutenção predial são de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade, conservação do patrimônio público e funcionamento das atividades finalísticas da RFB, de modo que sua ausência pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional da Receita Federal do Brasil nas áreas de atribuições da SRRF09.

Os serviços de manutenção predial a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou da entidade. São serviços que não estão intrinsecamente ligados às atividades finalísticas do órgão. Contudo, são essenciais para manutenção das operações e atividades regimentais.

Nesse sentido, existe expressa disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5 /2017. Também não se observou vedação de contratação do serviço pretendido no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado a partir do término da vigência contratual. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Nota: A garantia do produto ou serviço, prevista no Código de Defesa do Consumidor ou estabelecida convencionalmente pelos contratantes, não se confunde com a garantia de execução do contrato, presente nos artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021. A primeira relaciona-se à higidez e à qualidade do produto ou serviço fornecido e a segunda visa assegurar a regular execução do contrato, reforçando as obrigações contratuais e facilitando eventual ressarcimento por danos causados à Administração.

A Contratante exigirá atestados de capacidade técnica da Contratada. Isso visa a promover a execução dos serviços com qualidade, com requisitos objetivos e com observância da técnica.

Nesse sentido, a Contratada deverá observar e aplicar a legislação em vigor e as normas técnicas aplicáveis ao objeto, bem como as referências normativas indicadas no Termo de Referência.

A fiscalização operacional poderá exigir comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

Para atendimento dos serviços nas diversas localidades nas cidades bases e demais cidades pertencentes a cada lote, foi estimada a disponibilização de veículos, próprios ou locados, em cada uma das bases, com as seguintes características sugeridas:

Base Foz do Iguaçu: 1 (um) do tipo minivan, com capacidade de transporte de, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) litros e 7 (sete) ocupantes e **1 (um) pick-up ou utilitário**, com capacidade de transporte de, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) litros, 5 (cinco) ocupantes;

Base Cascavel: 1 (um) do tipo minivan, com capacidade de transporte de, no mínimo, 450 (quatrocentos e cinquenta) litros e 7 (sete) ocupantes.

Não são necessárias adequações das instalações por parte da Administração para a execução dos serviços.

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições minudenciadas no Termo de Referência;

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos no capítulo Possíveis Impactos Ambientais destes Estudos Técnicos Preliminares, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

Ante as peculiaridades e a natureza dos serviços demandados, os custos de licitação e gestão dos contratos, o princípio da economicidade, a análise periódica da continuidade da vantagem da contratação para a Administração, avalia-se que o prazo inicial da contratação que melhor atende ao interesse público é o período inicial de 60(sessenta) meses, com possibilidade de prorrogação até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme orientação do Manual de Manutenção de Ativos da RFB.

Há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços de manutenção por meio das seguintes etapas:

- Disponibilização do histórico das intervenções realizadas durante o período contratual de cada ativo em meio digital; e
- Disponibilização do banco de dados do software de gestão da manutenção.

Marcas ou modelos para materiais

Da Indicação

Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas abaixo:

As indicações de marcas, características e modelos referem-se:

- a) os materiais, as peças, os componentes e os equipamentos que se agregarão às estruturas prediais deverão ser novos, de primeira qualidade, originais ou genuínas e aprovados pela fiscalização da Contratante;
- b) a peças e materiais instalados nas edificações do Contratante para os quais deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados. Em não havendo disponibilidade no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), deverá haver substituição por marcas de padrão de referência ou superior em qualidade ou equivalente técnico; e
- c) ao ferramental sugerido no Anexo específico - Ferramental do Termo de Referência.

Nos termos do artigo 41, inciso I, d, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de indicar determinada marca ou modelo de produto quando tal descrição for imprescindível para a correta compreensão do objeto licitado, justifica-se a necessidade de especificar marcas e modelos referenciais de ferramental a ser utilizado na manutenção predial.

A descrição do ferramental necessário para a manutenção pode ser mais bem compreendida ao se referir a marcas ou modelos específicos, conhecidos do mercado, a título de referência. Ao indicar determinado modelo ou marca, é possível especificar com maior clareza as características técnicas, a qualidade, a funcionalidade e a robustez que são essenciais para o sucesso da prestação do serviço.

A indicação de marcas e modelos específicos é relevante para garantir a compatibilidade técnica e operacional dos equipamentos com os sistemas existentes nos prédios, além de assegurar a qualidade e a durabilidade dos serviços de manutenção.

As marcas e modelos foram levantadas a partir das experiências na gestão dos contratos anteriores do mesmo objeto, que se consubstancia por meio de interação constante entre as equipes de manutenção e os fiscais de contrato que buscam aprimoramento e eficiência na execução dos serviços.

As marcas e modelos especificados servem como referência para que os licitantes possam apresentar propostas com equipamentos que atendam aos requisitos mínimos de desempenho e segurança, de modo a evitar a utilização de ferramentas inadequadas ou que não atendam às especificações técnicas exigidas ou ainda que tenham custo inferior àquelas orçadas pela Administração.

Da Vedação

Apesar de haver indicações de marcas e modelos, como delimitado acima, não haverá vedação prévia de marcas e modelos de materiais na presente contratação. Não obstante, ao ser apresentado material que, justificadamente é inaplicável, o fiscal do contrato poderá recusá-lo e indicar a substituição por outra marca.

Neste caso, deverá abrir processo administrativo para fazer constar registros de materiais, equipamentos e ferramental que tenham sido formalmente vedados.

A vigência inicial do contrato será de 60 (sessenta) meses, mas dada sua natureza contínua poderá ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

A Contratada deverá considerar o adicional de periculosidade de 30% para o cargo de eletrotécnico.

A vistoria dos imóveis será facultativa, embora altamente recomendada para a perfeita orçamentação dos serviços. As empresas que realizarem vistoria deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável. Quando da não realização de vistoria, a empresa deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não poderá alegar desconhecimento das condições do serviço para fins de questionamentos futuros sejam técnicos ou financeiros.

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica através da comprovação de que tal atividade faz parte de seu objeto social, apresentação de registro ou inscrição junto ao conselho da categoria profissional correspondente (CREA ou CAU) da região da sede da empresa, em plena validade. Apresentação do registro ou inscrição do responsável técnico no conselho da categoria profissional correspondente em plena validade. Apresentação de atestados de capacidade técnico operacional e técnico profissional conforme condições que estarão estabelecidas no Termo de Referência no quesito habilitação técnica.

6. Levantamento de Mercado

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de manutenção predial preventivo e corretivo é vasto, apesar da necessária responsabilidade e qualificação técnica da empresa e dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos na SRRF09 para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

Alguns serviços são considerados auxiliares (intrinsecamente preventivos) e exigem atuação de empresas especializadas em cada área. Entre esses serviços, como exemplo, estão: a análise termográfica, análise físico-química de óleos, análise de qualidade do ar, inspeção de segundo nível em extintores, laudo de inspeção predial. Outros são serviços (também especializados) como conserto de Grupo Gerador, conserto de equipamentos NoBreak. Para atendê-los existe a possibilidade de contratação específica ou sua inclusão na contratação de manutenção predial, permitindo sua subcontratação, a fim de se evitar a restrição à competitividade, pois somente algumas empresas de manutenção predial teriam condições de executar todas as atividades especializadas.

Há também a necessidade de atendimento a serviços eventuais, cuja demanda é incerta ao longo do ano, os quantitativos são estimativos, são por demanda autorizada pela fiscalização à medida que surge a necessidade, medidos mensalmente e reembolsados. São exemplos desses serviços: chaveiro, serralheiro, pintura em altura com cadeirinha, alteração de leiaute com mudança de divisórias e /ou instalações, conserto de persianas, locação de plataforma elevatória, montagem e desmontagem de mobiliário, higienização de dutos de ar condicionado.

No caso da prestação indireta dos serviços, foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

(a) Contratação por empreitada global, no qual a empresa define o quantitativo de mão de obra, o dia e o horário de prestação dos serviços, ou seja, não se trata de serviço continuado e não se utiliza mão de obra com dedicação exclusiva;

(b) Contratação em que a Administração define o horário de prestação dos serviços e a metodologia de trabalho, onde se utiliza mão de obra com dedicação exclusiva; e

(c) Contratação de acordo com o Manual de Manutenção de Ativos da RFB em que, em linhas gerais, a Administração avalia a demanda objetivamente a partir dos inventários, elabora os planos de manutenção preventiva, identifica a quantidade de tarefas, frequências e durações por especialidade definindo a demanda anual preventiva; com base na demanda preventiva e estudo do histórico, define a demanda corretiva; assim com a demanda tecnicamente definida para o serviço comum de engenharia, para atendimento das manutenções, faz-se a contratação dos serviços contínuos sem previsão de dedicação exclusiva de mão de obra.

As soluções descritas no item anterior permitem as seguintes subdivisões:

(I) Sem fornecimento de peças, materiais, serviços auxiliares e serviços eventuais.

(II) Com o fornecimento de todas as peças, materiais, serviços auxiliares e serviços eventuais, sob responsabilidade da contratante;

(III) Com o fornecimento de todas as peças, materiais, serviços auxiliares e serviços eventuais mediante pagamento pela contratante de acordo com os valores previamente propostos pela contratada;

(IV) Com o fornecimento de todas as peças, materiais, serviços auxiliares e serviços eventuais mediante pagamento pela contratante de acordo com os valores previamente propostos pela contratada e, excepcionalmente, mediante ressarcimento;

(V) Com fornecimento de todas as peças, materiais, serviços auxiliares e serviços eventuais mediante reembolso pela contratante na medida da necessidade, de acordo com os custos de aquisição;

(VI) Com fornecimento de todas as peças e materiais mediante reembolso pela contratante na medida da necessidade, de acordo com os custos de aquisição; fornecimento de serviços auxiliares já inclusos na proposta com possibilidade de subcontratação; e com fornecimento de serviços eventuais, conforme demanda pontual, mediante reembolso pela contratante.

Após análise das opções apresentadas pelo mercado, convém que os serviços sejam prestados de forma indireta conforme o item (c) agregado com o subitem (VI) acima.

A decisão, além de ser determinação do Órgão Central a respeito da observância do Manual de Manutenção de Ativos da RFB, mostra-se uma solução eficiente, na medida em que as operações de manutenção predial serão tomadas a partir de dados objetivos, quais sejam, o inventário de ativos (prédios, equipamentos, instalações) e o detalhamento dos planos de manutenção.

Durante a elaboração do Manual de Manutenção de Ativos da RFB, foram analisadas contratações similares feitas por diversas unidades da Receita Federal, contratações de outros órgãos (podemos destacar o TCU e o TRT) para identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem as peculiaridades da RFB. Portanto ele traz alguns avanços para contratações de soluções mais eficientes que garantam o resultado esperado dentro das características ambientais da Receita Federal.

Os planos de manutenção têm parâmetros em termos de frequência e duração para a execução de cada tarefa das manutenções preventivas e corretivas, que são divididas por especialidades (cargos).

Em função de alguns imóveis possuírem um conjunto de ativos relevantes, com uma demanda de muitas tarefas/especialidades, foi identificada a necessidade de estabelecer unidades como base para a equipe mínimas sugeridas (para atender a demanda) partindo dela os deslocamentos para atender as unidades menores.

Cada unidade base comporá um lote, visando a ampliação da concorrência devido à distância geográfica das unidades e as especialidades requeridas para cada prestação. Não há óbices para que as licitantes participem do certame de forma integral, apresentando propostas/lances para os dois lotes, embora cada qual em específico, ou que sua participação seja parcial, com oferta para apenas um lote.

Os serviços permanentes serão prestados de forma preventiva (serviços obrigatórios a serem executados com intervenções, especialidades, frequências e durações estabelecidos) e de forma corretiva (serviços a serem realizados após a detecção do problema – imediatamente ou de forma programada).

Os valores referentes aos serviços permanentes, realizados pelas equipes, serão pagos mensalmente, inclusive os subcontratados; sendo ponderados pelos indicadores de performance para garantia do resultado e correção dos valores em caso de descumprimento e/ou não execução do escopo.

Por outro lado, os custos com peças e materiais utilizados nas manutenções preventivas e corretivas, bem como serviços eventuais, serão pagos apenas quando da sua efetiva utilização na medida exata dos quantitativos efetivamente utilizados.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Serviços auxiliares

A contratação de serviços de manutenção predial, por sua natureza abrangente, frequentemente envolve uma variedade de serviços com características técnicas. Em consonância com o Acórdão nº 929/2017 – TCU – Plenário, a subcontratação de serviços técnicos altamente especializados não exige a aplicação do princípio do parcelamento, desde que devidamente justificada e fundamentada em razões técnicas e econômicas.

Passemos às razões técnicas e aos benefícios da previsão de subcontratação:

1. **Especialização:** A subcontratação permite a contratação de empresas com expertise específica em cada área técnica, garantindo a qualidade e a eficiência na execução dos serviços. A contratação de uma única empresa para todos os serviços poderia comprometer a qualidade da execução, especialmente em áreas que demandam conhecimentos e equipamentos especializados.
2. **Otimização de Recursos:** A subcontratação permite a otimização de recursos, pois cada empresa subcontratada se responsabiliza por seus próprios equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada, evitando a necessidade de a contratada principal investir em recursos que não utilizará com frequência.
3. **Flexibilidade e Agilidade:** A subcontratação permite maior flexibilidade e agilidade na execução dos serviços, pois a contratada principal pode mobilizar rapidamente as equipes especializadas de cada subcontratada, de acordo com a demanda e a necessidade de cada serviço.
3. **Redução de Custos:** A especialização das empresas subcontratadas e a otimização de recursos podem resultar em economia de escala e redução dos custos totais da contratação. A concorrência entre as empresas especializadas também contribui para a obtenção de preços mais competitivos.

Com base em pesquisas de mercado e consultas a fornecedores, há diversas empresas técnicas e altamente capacitadas para prestar os serviços de forma conjunta. Essas empresas possuem experiência em suas áreas de atuação, com equipes qualificadas e certificadas, equipamentos modernos e capacidade de atender às demandas da Administração Pública.

Para garantir a qualidade e a boa execução dos serviços subcontratados, serão adotadas as seguintes medidas:

- **Critérios rigorosos de seleção:** Os subcontratados serão selecionados com base em critérios técnicos rigorosos, como experiência comprovada, qualificação profissional, capacidade técnica e financeira, e boas práticas de gestão.
- **Acompanhamento e fiscalização:** A contratada principal será responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços subcontratados, garantindo o cumprimento dos prazos, a qualidade dos serviços e o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no contrato.

- Responsabilidade solidária: A contratada principal será solidariamente responsável pelos serviços executados pelos subcontratados, garantindo à Administração Pública o direito de exigir o cumprimento integral do contrato, independentemente de qual empresa executou o serviço.

Diante do exposto, a SRRF09 entende que na contratação de manutenção predial, a subcontratação de serviços auxiliares, que podem ter elementos técnicos que exijam algum grau de especialização, é uma prática justificável e vantajosa para a Administração Pública, desde que sejam adotadas medidas para garantir a qualidade, a segurança e a eficiência na execução dos serviços. A existência de empresas capacitadas no mercado e a adoção de critérios rigorosos de seleção e supervisão dos subcontratados asseguram o sucesso da contratação e o atendimento das necessidades da Administração Pública.

Assim, na presente contratação, o escopo de manutenção predial incluirá serviços auxiliares, que poderão ser executados por empresas terceiras caso as atividades estejam fora do alcance da contratada mediante subcontratação, nos limites qualitativos e quantitativos impostos pelo Edital e seus anexos.

Os serviços auxiliares mais relevantes foram estudados pela equipe de planejamento e levados à discussão com o demandante e com a chefia da área técnica.

Equipamentos e Sistemas de Combate à Incêndio

A norma ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio – Inspeção e manutenção), indica as manutenções desses equipamentos deveriam ser da seguinte maneira (salvo interpretação diversa):

Conferência - a ser feita pelo proprietário ou responsável do extintor de incêndio (tarefa esta, terceirizada da contratante para a contratada) com a finalidade de constatar se este permanece em condições de operação no tocante aos seus aspectos externos e instalação adequada. Frequência mensal.

Inspeção - deve ser realizada somente por empresa de serviços de inspeção e manutenção de extintor de incêndio, por meio de profissionais capacitados. A frequência da inspeção é semestral para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂), cilindros para o gás expelente (ampola) e extintores de pressurização indireta, é anual para os demais extintores.

Manutenção de Primeiro Nível - consiste em procedimento de caráter corretivo, envolvendo componentes não sujeitos à pressão permanente, pode ser executada, sempre que for requerida por uma inspeção, no local onde o extintor de incêndio se encontra instalado, desde que não haja justificativa para a remoção do extintor de incêndio para a empresa registrada prestadora de serviço.

Manutenção de Segundo Nível - em procedimento de caráter preventivo e corretivo, deve ser executada na frequência anual.

Manutenção de Terceiro Nível - em procedimento de caráter preventivo e corretivo, deve ser executada a cada cinco anos, contados a partir de sua data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático. Porém, independentemente da data de realização do último ensaio hidrostático, os recipientes e cilindros devem ser submetidos imediatamente a este ensaio, quando não for possível identificar quando se deu o último ensaio hidrostático ou, ainda, quando apresentarem qualquer uma das situações previstas a seguir:

- a) corrosão maior que grau Ri1, definido na ABNT NBR ISO 4628-3, no recipiente, cilindro ou nas partes que possam ser submetidas à pressão momentânea ou que estejam submetidas à pressão permanente, ou nas partes externas contendo mecanismo ou sistemas de acionamento mecânico;
- b) defeito na alça de transporte ou gatilho de acionamento, desde que estes constituam parte integrante de componentes sujeitos à pressão permanente ou momentânea;
- c) submetidos a danos térmicos ou mecânicos.

Isso exposto, foi feito o redimensionamento do escopo desse serviço, nos seguintes termos:

Dada a previsibilidade de ocorrência e a necessidade de especialização, foi prevista a possibilidade de subcontratação de:

Inspeção semestral para extintores de CO₂ ; e

Manutenção de Segundo Nível anual junto à Inspeção anual para demais extintores (exceto CO₂).

E considerando a imprevisibilidade de ocorrência, que será determinada pela Inspeção, prever o pagamento dos serviços e peças eventualmente aplicadas por meio de reembolso da:

Manutenção de Primeiro Nível e da

Manutenção de Terceiro Nível.

Análise Termográfica

A frequência da inspeção termográfica varia conforme a criticidade e condições operacionais do equipamento, mas geralmente são recomendadas uma inspeção anual ou semestral. Normalmente os intervalos mais curtos são para equipamentos críticos ou com alta carga operacional. Esta é a razão para adotarmos a frequência semestral para o serviço.

A norma ABNT NBR 15763 prescreve os critérios para definição de periodicidade de inspeção por termografia de sistemas elétricos de potência. No caso da presente contratação, usaremos os critérios como referência e aplicamos a opinião especializada/boas práticas de engenharia para sistemas similares.

Da disponibilização dos serviços e da forma de pagamento

Preliminarmente, é conveniente tratarmos sobre uma distinção conceitual relevante entre os termos ressarcimento e reembolso, ainda que muitas vezes sejam usados como sinônimos. No entanto, quando aplicados com precisão, podem indicar nuances importantes:

Reembolso

Sentido comum: Devolução de valor gasto por alguém com anuência ou autorização prévia do outro.

Contexto contratual: O contratante autoriza previamente a contratada a realizar um gasto (ex: comprar uma peça), e, mediante comprovação (nota fiscal, relatório), o contratante reembolsa exatamente aquele valor.

Natureza: É uma despesa reembolsável porque o gasto já era previsto ou permitido

Exemplo: A contratada compra um item com autorização do contratante e apresenta a nota fiscal para reembolso.

Ressarcimento

Sentido comum: Restituição de um prejuízo ou perda sofrida por alguém, com ou sem autorização prévia.

Contexto contratual: O contratante não necessariamente autorizou o gasto previamente, mas a contratada teve um custo decorrente da execução do contrato que lhe causou prejuízo, e pede ressarcimento.

Natureza: O ressarcimento pode ter um caráter indenizatório.

Exemplo: A contratada, para evitar prejuízo na execução contratual, adquire uma peça por conta própria e depois pleiteia o ressarcimento do valor junto ao contratante, mesmo sem prévia autorização.

Expostos os conceitos, a contratante utilizará o termo reembolso, uma vez que, como regra, as compras de materiais e as contratações de serviços eventuais devem passar por autorização prévia da contratante.

No contexto da contratação de serviços, é essencial distinguir entre os serviços a serem subcontratados e os serviços passíveis de reembolso, dado que ambos possuem características distintas que influenciam diretamente a forma de pagamento e a execução.

A subcontratação, como detalhado neste capítulo, é uma ferramenta estratégica de grande utilidade nos processos de licitação, especialmente em contratos de prestação de serviços como o que está sendo objeto de estudo. Muitas vezes, a empresa vencedora de uma licitação precisa recorrer à subcontratação para realizar uma obra ou fornecer um serviço específico, garantindo assim o cumprimento integral das obrigações contratuais.

Esse mecanismo traz benefícios tanto para a administração quanto para a empresa contratada. Para a SRRF09, a subcontratação reduz a necessidade de gerenciamento direto dos prestadores de serviços adicionais, concentrando a responsabilidade na empresa contratada. Isso garante que o produto ou serviço vai ser entregue na maior qualidade possível para a contratante, já que todas as partes envolvidas fazem aquilo que são especialistas. Já para a empresa vencedora da licitação, a subcontratação permite o foco em suas atividades principais, delegando a terceiros a execução de tarefas especializadas ou complementares.

No entanto, para que a subcontratação seja válida, algumas regras devem ser rigorosamente observadas. Primeiramente, a subcontratação no contexto das licitações deve ser parcial, ou seja, limitada a atividades que complementem o objeto principal do contrato. A maior parte do orçamento e da execução deve permanecer sob a responsabilidade direta da empresa contratada, que deve entregar o objeto principal da licitação. A subcontratação deve, portanto, ser utilizada apenas como meio para viabilizar a entrega do objeto contratado pela empresa vencedora, e não como uma forma de transferir a execução integral desse objeto a terceiros.

A principal vantagem da subcontratação para o poder público é que o pagamento dos subcontratados não é de responsabilidade da administração. Também não há relação jurídica entre a subcontratada e a Administração Pública contratante.

É preciso que a empresa licitante entregue certificados de qualificação técnica por parte da empresa que vai subcontratar. Todo o contrato, pagamento e outras questões ficam por parte da empresa vencedora da licitação.

A outra grande vantagem da subcontratação para o poder público é que a administração não responde pelo adimplemento ou inadimplemento contratual da empresa subcontratada. Isso ocorre quando a administração não exige a subcontratação. Desse modo, para afastar o risco, nos termos do inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, a SRRF09 não exigirá dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Os serviços possíveis de serem subcontratados são entendidos como aqueles auxiliares ao objeto e previamente previstos no escopo do contrato (eminentemente de caráter preventivo), que exigem capacidades técnicas geralmente diversas ao do pessoal diretamente empregado no contrato ou que requerem equipamentos específicos que não estão ordinariamente disponíveis. Por essas características, impõem um custo adicional. Esses serviços são mensuráveis, recorrentes, e podem ser orçados, permitindo o pagamento recorrente à contratada com base em preços de mercado atualizados.

Por outro lado, os serviços passíveis de reembolso, embora sejam necessários para a manutenção predial, não estão previstos no escopo do contrato (eminentemente de caráter corretivo). São os entendidos como Eventuais (de apoio). São geralmente simples, de rápida execução e, geralmente, de pequeno valor. A contratação desses serviços é eventual e os custos são reembolsados com base no menor valor do mercado local ou conforme tabelas de preços específicas, como a SINAPI, acrescidos de BDI.

Essa distinção é fundamental para garantir a correta alocação de responsabilidades e a transparência na execução e pagamento dos serviços contratados.

Subcontratação

Os serviços auxiliares passíveis de subcontratação são assim caracterizados e tem as seguintes regras quanto ao pagamento e responsabilidade:

- exigem capacidade técnica diversa em relação à mão de obra e aos equipamentos disponíveis ordinariamente no contrato;
- as quantidades são objetivamente mensuráveis com previsão de quantidade de execução e têm previsão de execução dentro do cronograma de atividades e do prazo do contrato; são orçados preferencialmente pelo SINAPI para permitir pagamento pela execução ao preço atualizado pelo mercado;
- a enumeração e a valoração dos serviços estão contidas em lista exaustiva no edital e em seus anexos;
- compete à CONTRATADA o devido pagamento à SUBCONTRATADA, sem repasse adicional por parte da CONTRATANTE, visto que o escopo do contrato abrange os custos da subcontratação;
- compete à CONTRATADA a seleção de SUBCONTRATADA e de profissionais com capacidade técnica compatíveis com o serviço a ser subcontratado, cujos documentos que comprovem a qualificação técnica poderão ser solicitados pelo fiscal do contrato;
- compete à CONTRATADA responsabilidade integral pela perfeita execução dos serviços subcontratados, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Reembolso

Os serviços eventuais (de apoio) passíveis de reembolso são assim caracterizados e tem as seguintes regras quanto ao pagamento e responsabilidade:

- geralmente são serviços simples, rápidos e de pequeno valor;
- não é possível apurar a recorrência e a quantidade dos serviços a serem aplicados;
- geralmente são acionados durante a execução de uma manutenção corretiva devido a uma quebra ou suspensão de funcionamento repentino de algum equipamento que não pôde ser sanado em uma operação de manutenção preventiva;

- são aqueles que fazem parte dos serviços de manutenção predial, mas não fazem parte do escopo do contrato e por isso não são prestados diretamente pela empresa e sim por um prestador diverso;
- são orçados preferencialmente pelo SINAPI para permitir pagamento pela execução ao preço atualizado pelo mercado;
- a lista indicada no Edital e em seus anexos é meramente exemplificativa;
- os gastos inerentes aos serviços serão reembolsados pela Administração de acordo com os preços dos serviços constantes na tabela SINAPI (quando for o caso) ou pelo menor valor orçado no mercado local, quando não explicitados na tabela SINAPI. Em ambos os casos será somado ao valor do reembolso o BDI;
- compete à CONTRATADA a seleção de profissionais com capacidade técnica compatíveis com o serviço a ser ressarcido, cujos documentos que comprovem a qualificação técnica poderão ser solicitados pelo fiscal do contrato;
- compete à CONTRATADA responsabilidade integral pela perfeita execução dos serviços reembolsados, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades de quem os executou, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto dos serviços.

Abaixo, apresentamos uma tabela que auxilia na distinção:

TABELA 5.A

	Auxiliares	Eventuais
Escopo Detalhado	Sim	Não
Previsibilidade	Sim	Não
Tratamento	Subcontratação	Reembolso
Pagamento	Incluso na parte fixa do contrato	Extra e limitado a 30%
Orçamento	Obrigatório	Sugerido
Incidência comum	Manutenção Preventiva	Manutenção Corretiva
Lista	Exaustiva	Estimativa/exemplificativa

Expostas estas premissas, os serviços possíveis de serem identificados e aplicáveis ao contrato de manutenção predial podem ser assim classificados:

TABELA 5.B

Lista exaustiva dos Serviços - Parte Fixa da Contratação - Sem repasse/sem reembolso

Grupo A - Serviços Auxiliares:

- Não há previsão de horas na execução do Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva,
- Devem ser orçados;
- Os custos constam destacados na planilha de formação de preço;
- Reúnem características com que indicam forte recomendação para a subcontratação.

LOTE 01 - Base FOZ DO IGUAÇU

SUBCONTRATAÇÃO	Qtde	Frequência	Aplicação	Observação
Laudo de Inspeção Predial	1	Início do contrato Quinquenal	Todos Imóveis	Conforme Manual de Manutenção de Ativos, aplicando a ABNT NBR 16747:2020 (Inspeção Predial).
Filmagem e fotografia aérea com drone	4	Semestral	ALF/FOZ, Aduanas	Finalidade: inspeção da cobertura dos prédios e vias
Inspeção termográfica em: Subestação, Estabilizadores/NoBreak e Painéis Elétricos	82	Anual	Subestações:06	
		Semestral	Estab./NoBreak: 19	
		Anual	Painéis Elétricos (QGBT): 27	
		Semestral	Painéis Elétricos (Outros): 30	
Limpeza de fossas sépticas e sumidouros	6	Semestral	ALF/FOZ, ADUPTN e DVA/FOZ	Volume estimado: 2 m³ para cada unidade.
Teste hidrostático de Hidrantes	46	Anual	ALF/FOZ, Aduanas	ABNT NBR 13714:1998 (Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate à incêndio)
Inspeção N1 de Extintores CO2	29	Semestral	ALF/FOZ, Aduanas, DVA/FOZ	ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio - inspeção e manutenção)
Manutenção de Segundo Nível de todos os Extintores - incluindo Inspeção.	215	Anual	Todos Imóveis	ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio - inspeção e manutenção)
Coleta de amostra e análise físico-química do óleo isolante quanto à rigidez dielétrica, tensão interfacial, índice de neutralização e fator de potência à temperatura de 100°C	7	Anual	ALF/FOZ: 2, ADU/PIA: 3, ADU/PII: 1, ADU/PTN: 1	Aplicação: Transformador de Potência
Coleta e análise de cromatografia gasosa do óleo isolante	7	Anual	ALF/FOZ: 2, ADU/PIA: 3, ADU/PII: 1, ADU/PTN: 1	Aplicação: Transformador de Potência

LOTE 02 - Base CASCAVEL

SUBCONTRATAÇÃO	Qtde	Frequência	Aplicação	Observação
Laudo de Inspeção Predial	1	Início do contrato Quinquenal	Todos Imóveis	Conforme Manual de Manutenção de Ativos, aplicando a ABNT NBR 16747:2020 (Inspeção Predial).
Filmagem e fotografia aérea com drone	1	Semestral	DMA/CVL	Finalidade: inspeção da cobertura dos depósitos
Inspeção termográfica em: Subestação, Estabilizadores/NoBreak e Painéis Elétricos	17	Anual	Subestações:01	
		Semestral	Estab./NoBreak: 8	
		Anual	Painéis Elétricos (QGBT): 4	
		Semestral	Painéis Elétricos (Outros): 4	
Teste hidrostático de Hidrantes	14	Anual	DRF/CVL e DMA/CVL	ABNT NBR 13714:1998 (Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate à incêndio)
Inspeção N1 de Extintores CO2	43	Semestral	Todos Imóveis	ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio - inspeção e manutenção)
Manutenção de Segundo Nível de todos os Extintores - incluindo Inspeção.	106	Anual	Todos Imóveis	ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio - inspeção e manutenção)
Coleta de amostra e análise físico-química do óleo isolante quanto à rigidez dielétrica, tensão interfacial, índice de neutralização e fator de potência à temperatura de 100°C	1	Anual	DRF/CVL: 1	Aplicação: Transformador de Potência
Coleta e análise de cromatografia gasosa do óleo isolante	1	Anual	DRF/CVL: 1	Aplicação: Transformador de Potência

Grupo B - Outros Serviços:

- Há previsão de horas na execução do Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva,
- Os custos constam na parte fixa e/ou variável da contratação e, por isso,
- Não precisam ser orçados.

Conserto de Grupo Gerador	Há previsão de horas na execução do Plano de
Conserto do equipamento NoBreak	Manutenção Corretiva;
	Os custos constam na parte fixa da contratação.

Lista exemplificativa dos Serviços Eventuais (de Apoio)

REEMBOLSO	OBSERVAÇÃO
Conserto de plataformas elevatórias de acessibilidade	
Certificação de cabeamento de rede lógica	
Manutenção derivada de Inspeção de Primeiro Nível de Extintores de Incêndio	
Manutenção de Terceiro Nível de Extintores de Incêndio*	Conforme avaliação da Inspeção, nos termos da ABNT NBR 12962:2016 (Extintores de incêndio – Inspeção e manutenção) *A cada 5 anos ou quando indicado pela Inspeção realizada por empresa do ramo
Serviços de chaveiro	
Serviços de vidraceiro (incluindo reparos de portas de correr em vidro, com trocas de peças, quando necessário)	
Serviços de marceneiro	
Serviços de serralheiro	
Serviços de calheiro	
Serviços de pintura em altura com cadeirinha	
Serviços de controle eletrônico de acessos (portas, cancelas, catracas, etc.)	
Serviços de alteração de layout com mudança de divisórias e/ou instalações	
Manutenção/reparos de molas hidráulicas das portas e das portas de enrolar, com trocas de peças, quando necessário	
Conserto de persianas	
Fornecimento e instalação de Vidro temperado 10 mm	
Configuração de rede lógica para CFTV	
Locação de plataforma elevatória	
Higienização de dutos de ar condicionado	A norma ABNT NBR 14679:2012 não indica periodicidade. Depende de indicação do laudo de qualidade do ar (bimestral).
Recarga em extintores de incêndio	De acordo com a necessidade, avaliada nas inspeções.
Manutenção de Empilhadeiras	
Remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia e vigilância com monitoramento eletrônico	
Montagem e desmontagem de mobiliário	
Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água	

Do Software - CMMS

A contratação de um software CMMS, para uso em âmbito geral na RFB, está em fase final (sendo conduzida pela DIENG/COLOG /COPOL); de modo que o serviço deve estar disponível nas unidades em breve.

Desse modo, quando houver disponibilização do software homologado, todas contratadas deverão se adequar e adotar a sua utilização, para um eficaz gerenciamento e controle dos serviços e materiais empregados na manutenção predial nas unidades.

Caso ocorra um descompasso entre a implantação tempestiva do CMMS e o início da prestação de serviços, excepcionalmente, as solicitações de serviço serão feitas por meio de mensagem eletrônica de e-mail, e a demanda preventiva controlada por meio de planilhas; e ordens de serviços serão geradas manualmente pela Contratada. Alternativamente, durante o período de vacância, a Contratada poderá utilizar o seu CMMS ou outro sistema de controle que considerar adequado, às suas expensas, desde que a base de dados gerada seja totalmente migrada para o CMMS da RFB.

Desse modo, a presente contratação não contará com a previsão de fornecimento, por parte da Contratada, de software para controle e gerenciamento da manutenção predial.

Deve-se considerar a migração para o uso do CMMS da Receita Federal (plataforma única nacional) em curso de aquisição e realizar a devida supressão deste serviço nos contratos em curso que a fornecem, ou prever a sua utilização obrigatória para as novas contratações, quando a mudança ocorrer.

Disponibilização de veículos

A Contratante não determinará se os veículos a serem disponibilizados nos serviços serão de propriedade da Contratada ou se esta poderá locá-los. Todavia, é sabido que a locação de veículos é prática comum tendo em vista a desnecessidade de dispor montante relevante de capital no início do contrato para a compra (ou a entrada), para as despesas de licenciamento, de IPVA, de seguro, de manutenção. Em estudo feito pela Equipe de Planejamento, a compra de veículo só teria sentido caso a contratada dispusesse de, pelo menos, 80% do valor do veículo para a entrada, como se vê na tabela abaixo:

Entrada (%)	Entrada (R\$)	Financiamento (R\$)	Juros (R\$)	Parcela (R\$)	Total Comprar (36 meses)	Total Assinar (36 meses)
0%	R\$ 0,00	R\$ 125.158,00	R\$ 63.166,20	R\$ 5.231,23	R\$ 280.230,08	R\$ 128.484,00
20%	R\$ 25.031,60	R\$ 100.126,40	R\$ 50.532,96	R\$ 4.184,98	R\$ 242.565,24	R\$ 128.484,00
40%	R\$ 50.063,20	R\$ 75.094,80	R\$ 37.899,72	R\$ 3.138,74	R\$ 204.900,40	R\$ 128.484,00
60%	R\$ 75.094,80	R\$ 50.063,20	R\$ 25.266,48	R\$ 2.092,49	R\$ 167.235,56	R\$ 128.484,00
80%	R\$ 100.126,40	R\$ 25.031,60	R\$ 12.633,24	R\$ 1.046,25	<u>R\$ 129.570,72</u>	<u>R\$ 128.484,00</u>
100%	R\$ 125.158,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 91.905,88	R\$ 128.484,00

Esse montante, estimado em mais de R\$ 100.000,00 para a disponibilização de um veículo na cidade base, acabaria por prejudicar o caixa da contratada logo no início do contrato. Lembremos que o escopo do contrato requer outros desembolsos relevantes que consumirão caixa logo de imediato.

O extrato do estudo exemplo se encontra na tabela abaixo, onde estão expostas as premissas:

Fiat Strada 1.3 Flex	COMPRAR	A LUGAR
Valor do Veículo (FIPE)	R\$ 125.158,00	R\$ 125.158,00
Valor de Entrada (80%)	R\$ 100.126,40	R\$ 0,00
Valor do Financiamento	R\$ 25.031,60	R\$ 0,00
Juros do Financiamento (juros 2.4%)	R\$ 12.633,24	R\$ 0,00
Valor da Parcela	R\$ 1.046,25	R\$ 3.569,00
IPVA (4%)	R\$ 15.018,96	R\$ 0,00
Licenciamento	R\$ 180,22	R\$ 0,00
Despachante	R\$ 130,00	R\$ 0,00
Seguro (4%)	R\$ 5.008,32	R\$ 0,00
Manutenção/Revisão (10.2%)	R\$ 12.766,12	R\$ 0,00
Depreciação (47%)	R\$ 58.824,26	R\$ 0,00
Total / Mês	R\$ 3.599,19	R\$ 3.569,00
Total Período (36 meses)	R\$ 129.570,72	R\$ 128.484,00

Fonte:

https://subscription.rentcars.com/pt-br/cars/configure/tzCvrf_3Wxj9E6Ee0uy635GCWwrgNwlvLhPJbmlKnt2v4yuyoJjGts0BBkQDX4POpZNXJd34eAp_HdhBKdon0Ks2QcqmOm0f7c1ViyJfy_KZQnf-oloKaA8OVxUXQbrolhGCM_ZWICC-v7DT-Zz

Os planos de assinatura geralmente incluem o seguinte:

- Emplacamento - Registro inicial do veículo junto aos órgãos competentes.
- IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores incluso no serviço.
- Licenciamento - Regularização anual do veículo junto ao Detran.
- Proteção do veículo - Seguro contra roubo, furto, incêndio e perda total do veículo, além de danos e avarias resultantes de colisões.
- Manutenção corretiva - Reparos necessários em casos de falhas ou problemas mecânicos.
- Manutenção preventiva - Revisões periódicas para manter o bom estado do veículo.
- Assistência 24h - Apoio emergencial a qualquer hora do dia ou da noite.
- Condutor adicional - Possibilidade de incluir mais um motorista autorizado.
- Carro reserva - Veículo substituto em casos de manutenção ou sinistro.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento entendeu que a precificação dos veículos é mais realista adotando a locação de veículo em contrato longo e compatível com o prazo do objeto da licitação.

A cotação do serviço de diária de veículos foi feita em base de contrato contínuo (frota), tendo em vista a grande necessidade de deslocamentos previstos entre a unidade base para as unidades atendidas.

A estratégia de contratação do deslocamento desta maneira mostra-se mais eficiente visto que o aluguel de veículo para dias isolados, tem valor unitário elevado em relação ao contrato contínuo. Em pesquisa efetuada pela Equipe de Planejamento, foi constatado que a diária individual de um veículo:

- tipo cargo, de 2 lugares, no sul do país, custa R\$ 241,53 ;
- tipo utilitário, de 5 lugares, custa R\$ 603,60 com limite de 220Km ou R\$ 803,89, com quilometragem ilimitada.

Para fins estimativos, adotamos para o estudo o menor valor.

Levando em conta os deslocamentos estimados no plano de manutenção para cada localidade, teríamos o seguinte:

Base	Apoio	Deslocamentos mensais	Diárias do veículo/desloc.	Custo mensal Fiorino (R\$)	Custo mensal Strada (R\$)
Foz do Iguaçu	Santa Helena	1	2	483,06	1207,2
Foz do Iguaçu	Santa Helena	1	3	724,59	1810,8
Foz do Iguaçu	Guaíra	1	3	724,59	1810,8
Foz do Iguaçu	Guaíra	2	6	2898,36	7243,2
Total		5	14	4830,6	12072

Base	Apoio	Deslocamentos mensais	Diárias do veículo/desloc.	Custo mensal Fiorino (R\$)	Custo mensal Strada (R\$)
Cascavel	Toledo	3	2	1449,18	3621,6
Cascavel	Francisco Beltrão	1	4	966,12	2414,4
Cascavel	Pato Branco	1	4	966,12	2414,4
Total		5	10	3381,42	8450,4

Além disso, é de recomendável haver a completa disponibilidade de veículo compatível com a necessidade para o atendimento de qualquer eventualidade, como deslocamento emergencial para unidade apoiada ou para agilizar a compra de peça ou suprimento no mercado local.

Apesar de sugerido o deslocamento conjunto do máximo de técnicos/especialidades possível, a fim de promover economia, sustentabilidade, integração e efetividade das atividades, em razão da dinâmica dos serviços e da necessidade de permanência na sede de um ou outro profissional, isso poderá não ser possível. Então, a previsão de quantidades de deslocamentos estimados na tabela acima poderá ser maior.

A hipótese de locação esporádica consumiria tempo e recursos na repetição das operações de contratação de aluguel. Além do mais, apesar de poder ser ligeiramente menos custosa a locação eventual de uma Fiorino, este veículo não suportaria executar o deslocamento da equipe completa. Haveria de ser feitas viagens outras, o que comprometeria esse orçamento.

Todas as unidades apoiadas requerem visitas periódicas das quatro especialidades (Civil, Elétrica, Eletrônica, e Mecânica) que poderá envolver mais de cinco profissionais dessas áreas, conforme Plano de Manutenção. Em razão disso é necessário dispor de veículo que comporte o número de passageiros previstos, tendo em vista a busca da eficiência no sentido de que se desloquem juntos.

Assim, pela estimativa, é recomendada a disponibilização do seguinte tipo de veículo a depender da dinâmica de deslocamento de profissionais de cada base: Foz do Iguaçu – capacidade para 7 ocupantes incluindo o motorista.

7. Descrição da solução como um todo

Nos termos do art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021, para assegurar que a contratação atinja os resultados esperados pela Administração, será prevista a prestação de **serviços continuados** de manutenção predial **sem** a utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, ou seja, sem a necessidade de a Contratada manter, em período integral e de forma exclusiva, os funcionários à disposição da Administração.

Trata-se da contratação da prestação de serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade no atendimento da demanda especificada puderam ser objetivamente definidos.

A descrição da solução apresenta-se técnica e economicamente viável, pois o histórico brasileiro demonstra a existência de mercado sólido, tendo a administração pública obtido êxito na maioria dos certames com objetos similares.

A manutenção predial de equipamentos e instalações é um conjunto de ações essenciais para manter a vida útil de todos os sistemas de uma edificação. Quando aplicadas da forma correta e com a periodicidade necessária, essas medidas proporcionam mais segurança e garantem a funcionalidade da edificação.

Essas manutenções podem garantir a longevidade de sistemas e locais, proporcionando menos custos com reparos emergenciais, além de manter a segurança das dependências para seus usuários.

Os serviços incluem todo o material, peças e mão de obra necessários e serão prestados das seguintes formas:

Manutenção preventiva: são serviços obrigatórios a serem executados com tarefas, periodicidades, durações e especialidades necessárias, estabelecidos pela RFB e incluídos no escopo, através do plano de manutenção; e

Manutenção corretiva: serviços a serem realizados imediatamente após a detecção do problema, tanto aleatoriamente, quanto durante uma manutenção preventiva, ou ainda, conforme a solicitação de demanda. Pode ser de forma programada ou emergencial.

Há também previsão para atendimento de serviços eventuais, que são serviços de conservação, reparação ou adaptação pontuais e extraordinários (imprevistos), que extrapolam rotinas e competências das equipes na execução das manutenções preventiva e corretiva, seja por inabilitação ou limitação de recursos. A demanda eventual depende de autorização da fiscalização e os serviços eventuais serão reembolsados quando autorizados pela fiscalização. Haverá uma lista exemplificativa destes serviços no Termo de Referência.

Outro bloco de serviços são os auxiliares. Complementam os serviços especiais para a realização da manutenção preventiva (inclusive manutenção de Segundo Nível de todos os Extintores) nos diversos sistemas. A demanda de serviços auxiliares é conhecida e está com a frequência e/ou quantidade anual especificada. Esses serviços podem ser subcontratados.

Os serviços de manutenção preventiva, incluindo os serviços auxiliares, terão custo fixo. Foram baseados na demanda planejada pela RFB, obtida a partir do levantamento do inventário dos ativos, da necessidade de manutenção de cada um, do tempo despendido para as rotinas e da especialidade exigida.

Os serviços de manutenção corretiva também terão custo fixo. A composição dessa demanda se dá em função dos tempos previstos na manutenção preventiva. Terá demanda limitada pela RFB conforme seu parâmetro de risco/histórico.

Os materiais a serem aplicados na execução da manutenção preventiva terão custo variável reembolsável, visto que não são previamente especificados.

Os materiais aplicados na execução da manutenção corretiva, dos serviços eventuais e dos serviços auxiliares também terão custo variável. Serão reembolsáveis quando autorizados pela fiscalização, na exata medida em que são necessários.

Os reembolsos ocorrerão na medição mensal.

Os eventuais custos logísticos deverão compor o custo mensal fixo de manutenção preventiva e corretiva, conforme previsão indicada no TR para atendimento destas demandas.

Trata-se de um contrato de prestação de serviços, e não de mera cessão de mão de obra. Entretanto os licitantes deverão atentar que, estão previstos serviços de manutenção preventiva que deverão ser realizados diariamente. Além disso, há serviços corretivos (por demanda emergencial ou não) que devem ter seu atendimento iniciado (início de execução) em tempos determinados após o recebimento do chamado. Para tanto, é altamente recomendável que a empresa mantenha profissionais com qualificação suficiente e capacidade de mobilização imediata para atender tal tipo de demanda durante o horário de funcionamento das unidades e ocorrências emergências a qualquer hora.

Os profissionais da Contratada, encarregados de realizar os serviços objeto da contratação, deverão ser experientes e especializados em cada área de atuação. Esclarece-se que, na composição dos custos unitários, foram considerados preços de mercado de mão de obra compatíveis com as exigências do edital.

O CMMS utilizado pela RFB é um software especialista no gerenciamento de manutenção (de mercado), para controle e acompanhamento de seus contratos de manutenção, bem como aferição dos indicadores de desempenho, além da criação, envio e controle de demandas. Os relatórios mensais de acompanhamento gerados pelo CMMS serão utilizados para aferir o cumprimento pela Contratada das metas pactuadas através do IMR. A equipe técnica da Contratante será a responsável pela administração do sistema, além do suporte técnico aos usuários. A Contratada receberá as demandas de manutenção via CMMS e deverá atendê-las nos prazos máximos fixados, de acordo com o tipo de serviço. A Contratada deverá também realizar no sistema, conforme perfil de autorização, todas as atividades que lhe competem na operação da manutenção. Os técnicos deverão utilizar smartphones ou tablets, com acesso a internet, para receber e processar as ordens de serviço, consultar dados dos ativos e cadastrar informações. O PCM da Contratada deverá realizar toda a programação de serviços, lançamento de materiais, cadastros, atualizações, orçamentações e demais atividades correlatas no CMMS da Contratante.

Para todos os meses do ano há um amplo conjunto de serviços de manutenção preventiva especificados e uma previsão para os serviços corretivos (reserva técnica baseada no risco/histórico). Caso a execução seja satisfatória, a Contratada será remunerada por esse conjunto de serviços, independentemente da quantidade de demandas corretivas do período.

Os serviços eventuais serão medidos mensalmente considerando as demandas da Contratante concluídas satisfatoriamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO dentro do mês de referência. Serão medidos os quantitativos de serviço efetivamente realizados. Em relação a esse tipo de serviço, os quantitativos são estimativos, não garantindo à Contratada a sua efetiva execução e consequente direito ao recebimento. Ressalta-se que, segundo o histórico da RFB, os serviços eventuais por demanda são semanais, e distribuídos ao longo de todo o ano.

A Contratada irá prestar serviços de manutenção nos ativos das unidades alvo do escopo, distribuídos nos sistemas: predial, elétrico, hidrossanitário, telemática, audiovisual, armazenagem, segurança patrimonial e SPCI; e considerando as seguintes especialidades: civil, elétrica, eletrônica, mecânica e eletromecânica.

No início do contrato e a cada 5 (cinco) anos deverá ser realizada a inspeção predial pela Contratada. Dependendo da idade, tamanho, localização, condições de uso e conservação do imóvel está periodicidade poderá ser diminuída a critério do responsável técnico. Nas localidades onde houver legislação específica, prevalecerá a periodicidade exigida na lei.

Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no Pregão, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC-DI, mantido pela Fundação Getúlio Vargas.

A contratação será realizada por um período inicial de 60 (sessenta meses) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme estabelecido na legislação vigente, até o limite de 10 (dez) anos, respeitando as condições e requisitos legais para garantir a continuidade e qualidade dos serviços

Uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, será adotada a modalidade pregão, sob a forma eletrônica.

Do Critério de Julgamento e do Modo de Disputa

O critério de julgamento será o de menor preço e o modo de disputa será aberto. A adoção desses parâmetros é adequada e eficiente e se justifica, nos termos do art. 18, VIII, da Lei nº 14.133/2021, pelos seguintes motivos:

- **Transparência e Competitividade:** O pregão eletrônico amplia a participação de fornecedores, promovendo maior competitividade e transparência. O modo de disputa aberto permite aos licitantes conhecerem as propostas concorrentes, incentivando a apresentação de ofertas mais vantajosas para a Administração Pública.
- **Celeridade Processual:** Esta modalidade acelera os procedimentos licitatórios, reduzindo o tempo necessário para a contratação e atendendo de forma eficiente às demandas da Administração.
- **Economia de Recursos:** O critério de menor preço assegura a contratação mais econômica, otimizando o uso dos recursos públicos. A competição entre licitantes geralmente resulta em propostas com preços mais baixos.
- **Amplo Acesso e Inclusão:** A modalidade eletrônica permite a participação de um maior número de licitantes, independentemente de sua localização geográfica, promovendo a inclusão de pequenos e médios fornecedores e democratizando o acesso às oportunidades de negócios com a Administração Pública.
- **Conformidade com a Legislação:** A Lei nº 14.133/2021 permite a utilização do pregão para a contratação de serviços comuns de engenharia, preferencialmente na forma eletrônica. O critério de menor preço é adequado para assegurar a vantagem da contratação, conforme os princípios da economicidade e eficiência previstos na lei.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, resumidamente:

- **Início da execução do objeto:** 30 dias corridos contados da assinatura do contrato.
- **A prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos prédios, dos sistemas e dos equipamentos que estão relacionados em anexo ao TR denominado "Relação dos Prédios, Equipamentos e Sistemas",** deverão ser realizados em conformidade com o anexo ao TR "Plano de Manutenção Preventiva" e demandas de manutenção corretivas abertas e registradas via software, quando disponibilizado.
- **O ferramental mínimo necessário à execução dos serviços de manutenção predial, constantes da relação em anexo ao Termo de Referência,** deverá ser disponibilizado pela contratada na data de início da prestação dos serviços.
- **As peças e materiais para a manutenção preventiva e corretiva, bem como os serviços eventuais e de apoio necessários à execução dos serviços de manutenção predial,** constarão de relação exemplificativa e serão reembolsados pela Contratante, observado o disposto no Termo de Referência e somente serão realizados após prévia autorização da fiscalização do contrato.
- **Os serviços auxiliares, constam de lista exaustiva, são previsíveis, constam do Plano de Manutenção e, os custos deverão estar previstos/incluídos nos serviços preventivos.** Cabem ateste da execução pelo fiscal do contrato. Poderão ser subcontratados.

O tipo da solução escolhida foi justificado no tópico Levantamento de Mercado.

A solução incorpora garantias: será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato; e o prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado a partir do término da vigência contratual.

Para garantir qualidade na contratação, mas sem o intuito de restringir o mercado, será exigida qualificação técnica e econômica, detalhadas no Termo de Referência. A decisão da redação das exigências está em consonância com as minutas da AGU e com o parametrizado no Manual de Manutenção de Ativos da RFB.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os serviços a serem contratados restringir-se-ão ao estritamente necessário para atender a necessidade das unidades demandantes desta licitação.

As equipes de atendimento devem ser minimamente compostas, considerando as especialidades e demanda de tarefas do escopo e serão locadas na cidade/unidade base especificada, partindo dela os deslocamentos para atender as outras unidades.

A administração dimensionou as equipes mínimas com base nos inventários de ativos e, de posse dele, elaborou os planos de manutenção preventiva, demanda corretiva. Definiu tempos e quantidades de deslocamentos, sendo observadas a viabilidade e a razoabilidade de execução. O número mínimo de profissionais para cada equipe/modalidade foi calculado em razão do volume de serviços preventivos planejados (tarefa, frequências e duração), serviços corretivos e deslocamentos apurados nos planos gerados com as tarefas padronizadas (planilhas/banco de dados do CMMS).

O profissional habilitado responsável pela elaboração do plano de manutenção, constitui-o selecionando as atividades padronizadas, aplicáveis aos ativos, informou a quantidade conforme a unidade de produção destas tarefas.

Com isso, foi apurada a quantidade de horas/ano de cada especialidade e, por conseguinte, a quantidade de profissionais necessários para cumprir o plano preventivo e atender as demandas corretivas das unidades demandantes em termos de 44 horas semanais, conforme tabela abaixo.

TABELA 7.A - LOTE 1

Unidade/Gdade Base: FQZ DO IGUAÇU						
Oficial de Manutenção Predial	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	546,75	234,32	19,20	800,27	4,547	5
Eletrotécnico	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	512,82	219,78	16,70	749,30	4,26	5
Técnico em Eletrônica	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	67,03	28,73	15,00	110,76	0,63	0,75
Técnico em Mecânica	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	106,82	45,78	7,70	160,31	0,91	1
Pintor	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	352,00	150,86	20,50	523,36	2,97	3,0
Ajudante de Pintor	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	352,00	150,86	20,50	523,36	2,97	3,0

Além das equipes estimadas para atendimento na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a empresa Contratada deverá considerar na base de Foz do Iguaçu (ALF/FOZ) os seguintes profissionais:

01 (um) Técnico de Programação e Controle de Serviço de Manutenção (PCM)

O PCM também será o responsável pelo plantão técnico, e responderá por todas as localidades.

01 (um) Encarregado

O encarregado será o responsável pela coordenação das equipes e acompanhamento da execução segura e dentro dos padrões de qualidade dos serviços.

01 (um) Engenheiro Civil

O engenheiro é o responsável pela supervisão técnica dos serviços e gestão da manutenção na sua área de competência. A demanda é estimada em 32 horas mensais.

01 (um) Engenheiro Eletricista

O engenheiro é o responsável pela supervisão técnica dos serviços e gestão da manutenção na sua área de competência. A demanda é estimada em 32 horas mensais.

TABELA 7.B – LOTE 2

Unidade/Cidade Base : CASCAVEL						
Oficial de Manutenção Predial	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	195,15	83,64	17,45	296,24	1,68	2
Biotécnico	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	100,28	42,98	15,89	159,16	0,90	2
Técnico em Eletrônica	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	39,68	17,00	14,82	71,50	0,41	0,50
Técnico em Mecânica	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	26,66	11,43	1,50	39,59	0,22	0,25
Pintor	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	109,28	46,84	17,42	173,54	0,99	1,0
Ajudante de Pintor	QTDE [h/mês]				QTDE [H/mês]	
	Prev.	Corret.	Desloc.	Total	Calculado	Adotado
	109,28	46,84	17,42	173,54	0,99	1,0

Além das equipes de profissionais acima estimada para atendimento na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a empresa Contratada deverá considerar na base de Cascavel (DRF/CVL) os seguintes profissionais:

01 (um) Técnico de Programação e Controle de Serviço de Manutenção (PCM)

O PCM também será o responsável pelo plantão técnico, e responderá por todas as localidades.

01 (um) Encarregado

O encarregado será o responsável pela coordenação das equipes e acompanhamento da execução segura e dentro dos padrões de qualidade dos serviços.

01 (um) Engenheiro Civil

O engenheiro é o responsável pela supervisão técnica dos serviços e gestão da manutenção na sua área de competência. A demanda é estimada em 32 horas mensais.

01 (um) Engenheiro Eletricista

O engenheiro é o responsável pela supervisão técnica dos serviços e gestão da manutenção na sua área de competência. A demanda é estimada em 32 horas mensais.

Da justificativa dos arredondamentos (entre campos "calculado" e "adotado")

O processo de cálculo e dimensionamento dos cargos/especialidade mínimos necessários para executar a demanda da cidade base/polo especificada no escopo (sendo que quaisquer serviços de manutenção é um serviço comum de engenharia), para um melhor alinhamento com as necessidades de cada especialidade e peculiaridade das tarefas, deve considerar as seguintes orientações de arredondamento:

Especialidade Elétrica			
Cargos	Valor Calculado [X]	Critério de arredondamento	Exemplo
Eletrotécnico	X<1	Qualquer fração abaixo de um, arredondar para um.	0,46 arredondado para um (0,46) fica 1,00.
	1<X<2	Qualquer fração maior do que um e menor do que dois, arredondar para dois.	1,36 arredondado para dois (1,36) fica 2,00.
	X ≥ 2	Qualquer fração acima de dois décimos, arredonda para o primeiro número inteiro acima.	2,33 arredondado ao primeiro inteiro acima (2,33) fica 3,00.
		Qualquer fração menor ou igual a dois décimos, arredondar para o primeiro número inteiro abaixo.	5,20 arredondado ao primeiro inteiro abaixo (5,20) fica 5,00.
Eletricista Predial	X<1	Qualquer fração abaixo de um, arredondar para um.	0,46 arredondado para um (0,46) fica 1,00.
	X ≥ 1	Qualquer fração acima de dois décimos, arredonda para o primeiro número inteiro acima.	1,33 arredondado ao primeiro inteiro acima (1,33) fica 2,00.
		Qualquer fração menor ou igual a dois décimos, arredondar para o primeiro número inteiro abaixo.	5,20 arredondado ao primeiro inteiro abaixo (5,20) fica 5,00.

Especialidade Civil			
Cargos	Valor Calculado [X]	Critério de arredondamento	Exemplo
Ot. Manutenção Predial e Auxiliar de Manutenção Predial	X<1	Qualquer fração abaixo de um, arredondar para um.	0,46 arredondado para um (0,46) fica 1,00.
	X ≥ 1	Qualquer fração acima de dois décimos, arredonda para o primeiro número inteiro acima.	1,33 arredondado ao primeiro inteiro acima (1,33) fica 2,00.
		Qualquer fração menor ou igual a dois décimos, arredondar para o primeiro número inteiro abaixo.	5,20 arredondado ao primeiro inteiro abaixo (5,20) fica 5,00.
Outros	X ≤ 0,25	Qualquer fração abaixo de 0,25 (inclusive), arredondar para 0,25.	0,15 arredondado para zero vírgula vinte e cinco (0,15) fica 0,25.
	0,25<X ≤ 0,50	Qualquer fração entre 0,25 (exclusive) e 0,50 (inclusive), arredondar para 0,50.	0,36 arredondado para zero vírgula cinco (0,36) fica 0,50.
	0,50<X ≤ 0,75	Qualquer fração entre 0,50 (exclusive) e 0,75 (inclusive), arredondar para 0,75.	0,69 arredondado para zero vírgula setenta e cinco (0,69) fica 0,75.
	0,75<X ≤ 1,00	Qualquer fração entre 0,75 (exclusive) e 1,00 (inclusive), arredondar para 1,00.	0,81 arredondado para um (0,81) fica 1,00.
	X>1	Parte decimal: arredondar para 0,25, ou 0,50, ou 0,75, conforme as faixas acima, ou arredondar para o primeiro número inteiro acima.	(1,15) fica 1,25; (2,26) fica 2,25; (3,42) fica 3,50; (4,60) fica 4,75;
			(5,76) fica 6,00

Especialidade Mecânica			
Cargos	Valor Calculado [X]	Critério de arredondamento	Exemplo
Técnico em Refrigeração e Aux. Técnico em Refrigeração	X<1	Qualquer fração abaixo de um, arredondar para um.	0,46 arredondado para um (0,46) fica 1,00.
	X ≥ 1	Qualquer fração acima de dois décimos, arredonda para o primeiro número inteiro acima.	1,33 arredondado ao primeiro inteiro acima (1,33) fica 2,00.
		Qualquer fração menor ou igual a dois décimos, arredondar para o primeiro número inteiro abaixo.	5,20 arredondado ao primeiro inteiro abaixo (5,20) fica 5,00.
Técnico em Mecânica	X ≤ 0,25	Qualquer fração abaixo de 0,25 (inclusive), arredondar para 0,25.	0,15 arredondado para zero vírgula vinte e cinco (0,15) fica 0,25.
	0,25<X ≤ 0,50	Qualquer fração entre 0,25 (exclusive) e 0,50 (inclusive), arredondar para 0,50.	0,36 arredondado para zero vírgula cinco (0,36) fica 0,50.
	0,50<X ≤ 0,75	Qualquer fração entre 0,50 (exclusive) e 0,75 (inclusive), arredondar para 0,75.	0,69 arredondado para zero vírgula setenta e cinco (0,69) fica 0,75.
	0,75<X ≤ 1,00	Qualquer fração entre 0,75 (exclusive) e 1,00 (inclusive), arredondar para 1,00.	0,81 arredondado para um (0,81) fica 1,00.
	X>1	Parte decimal: arredondar para 0,25, ou 0,50, ou 0,75, conforme as faixas acima, ou arredondar para o primeiro número inteiro acima.	(1,15) fica 1,25; (2,26) fica 2,25; (3,42) fica 3,50; (4,60) fica 4,75;
			(5,76) fica 6,00

Especialidade Eletrônica			
Cargos	Valor Calculado [X]	Critério de arredondamento	Exemplo
Técnico em Eletrônica	X ≤ 0,25	Qualquer fração abaixo de 0,25 (inclusive), arredondar para 0,25.	0,15 arredondado para zero vírgula vinte e cinco (0,15) fica 0,25.
	0,25<X ≤ 0,50	Qualquer fração entre 0,25 (exclusive) e 0,50 (inclusive), arredondar para 0,50.	0,36 arredondado para zero vírgula cinco (0,36) fica 0,50.
	0,50<X ≤ 0,75	Qualquer fração entre 0,50 (exclusive) e 0,75 (inclusive), arredondar para 0,75.	0,69 arredondado para zero vírgula setenta e cinco (0,69) fica 0,75.
	0,75<X ≤ 1,00	Qualquer fração entre 0,75 (exclusive) e 1,00 (inclusive), arredondar para 1,00.	0,81 arredondado para um (0,81) fica 1,00.
	X>1	Parte decimal: arredondar para 0,25, ou 0,50, ou 0,75, conforme as faixas acima, ou arredondar para o primeiro número inteiro acima.	(1,15) fica 1,25; (2,26) fica 2,25; (3,42) fica 3,50; (4,60) fica 4,75;
			(5,76) fica 6,00

Notas:

- O cargo de eletrotécnico realiza serviços em alta tensão e/ou SEP, e não pode trabalhar nestas tarefas específicas sozinho conforme exige a norma regulamentadora NR-10.
- Devido ao volume demandado para os cargos de Téc. Em Mecânica e Téc. Em Eletrônica, nas unidades da RFB, há necessidade de usar frações inferiores a 1,00 para não onerar os contratos.
- Os cargos de supervisão, encarregados, PCM e engenheiros não adotam estes critérios, porque a sua base de dimensionamento é diferente e depende da forma de atuação deles no contrato.

Fator de Produtividade

O Fator de Produtividade na Manutenção é o percentual de tempo que um funcionário passa fazendo alguma atividade para qual ele foi contratado. Exemplo: apertando um parafuso, realizando uma inspeção, colocando um equipamento de volta a operação, dentre outras. Excluindo o tempo que ele “perdeu” com atividades que não geram valor ou resultado. Exemplo: esperando alguma peça no almoxarifado, se deslocando até o equipamento, escutando uma instrução de trabalho, dentre outras.

O Fator de Produtividade na Manutenção é o mesmo que o Wrench Time, que em tradução livre seria “Tempo de Chave”. Ou seja, o tempo em que um funcionário passa com a chave (ferramenta) na mão durante uma atividade de manutenção. Um exemplo: Se em uma

indústria o Fator de Produtividade da equipe mecânica é de 35% e um mecânico trabalha 8h e 48min por dia, significa que o tempo que o funcionário passa de fato trabalhando (produzindo) é de 3h e 08min por dia. O restante do tempo é “desperdiçado em atividades de não valor agregado, conforme mostra o gráfico abaixo:



As movimentações são as principais fontes de improdutividade, logo, podem ser consideradas um desperdício. Na manutenção, existem as movimentações necessárias e as movimentações desnecessárias.

Exemplos de movimentações necessárias:

- Deslocamento até o almoxarifado para buscar uma peça;
- Deslocamento do chão de fábrica até a oficina;
- Deslocamento entre ativos;
- Busca de ferramentas.

As **movimentações necessárias** podem ser melhoradas e as desnecessárias devem ser mitigadas.

Em média um técnico de manutenção perde 30% do seu dia apenas com movimentações necessárias. Sabendo disso, temos que admitir um Fator de Produtividade de no máximo 70%.



Mas, além das movimentações necessárias, há outros fatores que compõe a improdutividade necessária.

A improdutividade necessária é um conjunto de processos, tarefas e procedimentos, que devem ser realizados pelos colaboradores por questões burocráticas ou administrativas. Essas tarefas apesar de não trazer nenhum benefício direto sob a ótica técnica, são necessárias para uma boa gestão do setor de manutenção ou para cumprir requisitos internos da organização. A improdutividade necessária não pode ser eliminada.

Exemplos de outros fatores que compõe a improdutividade necessária:

- DDS + Ginástica Laboral
- Liberações de segurança

- Preparativos e desmobilização
- Registrando os serviços na ordem de serviço
- Entregando os serviços e liberando o ativo
- Necessidades fisiológicas.

Assim quando adotamos os arredondamentos, nos cálculos e dimensionamento final dos cargos/especialidade mínimos necessários para executar a demanda da cidade base/polo, estamos ponderando e fazendo frente a improdutividade necessária que é intrínseca ao processo e não há superdimensionamento ou subdimensionamento das equipes.

A tarefa de estimar as quantidades tem o objetivo de contratarmos os serviços exatamente na medida em que eles serão necessários, em respeito aos princípios que norteiam as contratações públicas e ao Acórdão TCU - Plenário nº 301/2024.

Os materiais de uso mais comum que podem ser demandados durante o atual contrato, foram indicados em uma lista não exaustiva para orientação e referência pela fiscalização. Como não é possível prever e orçar todos os materiais que poderiam ser necessários, o fornecimento deles será por reembolso, quando autorizados, compondo uma parcela variável do contrato. Sobre esse montante incidirá o BDI diferenciado para materiais.

Em relação aos serviços eventuais, há também uma lista não exaustiva para orientação e referência pela fiscalização. Como são serviços de demanda incerta/imprevista e não precificados, quanto autorizados, também irão compor a parcela variável do contrato. Sobre esse montante incidirá o BDI de serviços.

Para a parcela variável (materiais + serviços eventuais) a Administração adotará um percentual máximo de 30% do valor dos serviços precificados como estimativa para atender a demanda incerta.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): [REDACTED]

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de induzir os fornecedores a apresentarem a sua melhor proposta sem estarem vinculados à orçamentação do órgão. Historicamente quando é realizada pesquisa de mercado, para este tipo de contratação, há grande oscilação nos preços ofertados. Busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que, sabendo dos riscos e a especificação detalhada dos serviços, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória. O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato. Por fim, de um modo geral, a não divulgação do orçamento dificulta e inibe o conluio entre os licitantes. Diante do exposto e tendo em vista o detalhamento e a clareza do escopo alvo da contratação, é recomendado para a obtenção de maior vantagem econômica para a Administração o uso do orçamento sigiloso neste processo, já que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto, os licitantes acabaram por serem obrigados a apresentar seus preços reais, sem orbitar a baliza máxima admitida no edital.]

Valor para o Lote 1: R\$ [REDACTED]

Esse valor está decomposto em valores fixos mensais, valores a serem pagos quando da efetiva execução (corrigidos pelos indicadores de desempenho) e valores variáveis. O valor da prestação de serviços preventivos e corretivos é um valor fixo mensal do contrato e corresponde a R\$ [REDACTED] mensais e R\$ [REDACTED] variáveis, totalizando R\$ [REDACTED] mensais.

Valor para o Lote 2: R\$ [REDACTED]

Esse valor está decomposto em valores fixos mensais, valores a serem pagos quando da efetiva execução (corrigidos pelos indicadores de desempenho) e valores variáveis. O valor da prestação de serviços preventivos e corretivos é um valor fixo mensal do contrato e corresponde a R\$ [REDACTED] mensais e R\$ [REDACTED] variáveis, totalizando R\$ [REDACTED] mensais.

A partir da composição de horas necessárias para a consecução da manutenção preventiva e corretiva, o valor da jornada efetiva estimada pôde ser conhecida.

Majoritariamente os custos foram conhecidos por meio da base SINAPI desonerada, em que estão contidos os custos com a mão de obra, uniformes, EPI e ferramental.

Para complementar o preço de referência foram consultados valores de outros itens, como:

- Materiais consumíveis,
- Serviços auxiliares (subcontratáveis);
- Diária em hotéis;
- Diárias de veículos;
- Pedágios; e
- Preços de combustível.

A pesquisa de preços dos elementos acima foi efetuada por meio de consulta ao mercado, aos registros (levantamentos de dados históricos da RFB por meio de histórico da SRRF02), ao Pannel de Preços, às contratações semelhantes da SRRF09 e de outros órgãos e nas tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) quando possível. As peças foram juntadas aos autos do e-processo.

Os métodos para obtenção do preço estimado foi a média e/ou a mediana na pesquisa de preços. O cálculo incidiu majoritariamente sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos das fontes citadas acima. Foram desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Disponibilização de veículos

Da pesquisa de mercado foram encontrados os seguintes valores para a contratação de locação de veículo utilitário de cinco lugares e minivan sete lugares que se adequam à demanda de Foz do Iguaçu:

Veículo	Franquia de Km/mês	Tempo de Contrato	Custo mensal (R\$)
Fiat Strada Endurance Cabine Dupla (5 lugares) 1.3 Flex 8V CS Plus	1500	36 meses	3.069,00
Chevrolet Spin 1.8 (7 lugares)	4000	12 meses	5.537,00

Da pesquisa de mercado foram encontrados os seguintes valores para a contratação de locação de veículo utilitário de sete lugares que se adequa à demanda das equipes baseadas em Cascavel:

Veículo	Franquia de Km/mês	Tempo de Contrato	Custo mensal (R\$)
Chevrolet Spin 1.8 (7 lugares)	4000	12 meses	5.537,00

Pedágio

Há cobrança de pedágio na rota Foz Iguaçu – Santa Helena e Foz Iguaçu – Guaíra, no valor individual de R\$ 17,40, conforme consulta ao sítio da concessionária EPR Iguaçu (<https://epriguacu.com.br/>).

Como são previstos cinco deslocamentos, o custo mensal estimado com pedágio é R\$ 174,00.

Há previsão de cobrança de pedágio na rota Cascavel – Toledo, a partir de 2026, no valor individual de R\$ 7,52, conforme consulta ao sítio da ANTT (Lote PR5 – R\$ 0,17911 / km).

Como são previstos três deslocamentos, o custo mensal estimado com pedágio é R\$45,12.

Há previsão de cobrança de pedágio na rota Cascavel – Francisco Beltrão, a partir de 2026, no valor individual de R\$ 31,60 (reajustado p/ jan25), conforme consulta ao sítio da ANTT (Lote PR6 – R\$ 0,17564 / km - base jan23).

Como está previsto um deslocamento, o custo mensal estimado com pedágio é R\$63,20.

Também há previsão de cobrança de pedágio na rota Cascavel – Pato Branco, a partir de 2026, no valor individual de R\$ 42,35 (reajustado p/ jan25), conforme consulta ao sítio da ANTT (Lote PR6 – R\$ 0,17564 / km - base jan23).

Como está previsto um deslocamento, o custo mensal estimado com pedágio é R\$84,70.

Combustível

A Equipe de Planejamento efetuou consulta na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sítio: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-detesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>.

A tabela disponibilizada pela ANP contém os seguintes preços médios de gasolina comum da última semana de julho de 2025:

Base	Preço por litro [R\$]
Foz do Iguaçu	6,06
Cascavel	6,23

Do estudo dos deslocamentos (preventivos e corretivos) previstos e estabelecendo a premissa de consumo médio de 10 litros para percorrer cada quilômetro, temos o seguinte:

Base	Apoio	Deslocamentos mensais [km]	Consumo Gasolina [L]	Custo mensal [R\$]
Foz do Iguaçu	Santa Helena	428	42,8	259,368
Foz do Iguaçu	Guaíra	1314	131,4	796,284
Cascavel	Toledo	252	25,2	156,996
Cascavel	Francisco Beltrão	362	36,2	225,526
Cascavel	Pato Branco	470	47	292,81

Pernoite

Considerando a maior distância e quantidade de serviços foi prevista a possibilidade de deslocamento da equipe e previsão de possibilidade de pernoite para a localidade de Guaíra no lote 1. A Administração consultou o preço de diárias individuais (com café da manhã incluso). O custo unitário médio é de R\$ 142,33.

Como são estimados 39 pernoites mensais, para obtenção do preço paradigma o valor total para este período é de R\$ 5.550,87.

Para o lote 2 há previsão de pernoite para as localidades de Francisco Beltrão e Pato Branco. A Administração consultou o preço de diárias individuais (com café da manhã incluso). Os custos unitários médios são de R\$168,00 e R\$ 193,67 respectivamente.

Como são estimados 11 pernoites mensais, para cada localidade, para obtenção do preço paradigma o valor total para este período é de R\$3.978,37.

Análise de óleo de transformadores

Entre os serviços auxiliares, estão contidos os de coleta de amostra e análise físico-químico e de cromatografia gasosa do óleo isolante de transformadores.

Não foram encontrados preços praticados para esses serviços no Painel de Preços. Também não constam abertamente em sítios de prestadores de serviço. Para a adotarmos o preço de referência para o serviço, foi necessário solicitar orçamento para empresas do ramo para os seguintes:

- Coleta de amostra e análise físico-químico do óleo isolante quanto à rigidez dielétrica, tensão interfacial, índice de neutralização e fator de potência à temperatura de 100 °C; e
- Coleta e análise de cromatografia gasosa do óleo isolante.

Os orçamentos recebidos foram os seguintes:

Empresa (UF)	Serviço Técnico (R\$)	Mobilização (R\$)	Valor Total (R\$)
Filtroil (PR)			85.500
Trafocare (SP)			14.630
Grupo Labor (SP)	4.144	11.356	15.500
MGM (SP)	2.540	9.680	12.200

Foram desconsiderados os custos de mobilização, uma vez que é esperado que o serviço seja subcontratado com empresas locais, tendo em vista o serviço ser de média complexidade. Também não foram considerados os orçamentos da Filtroil, cujo valor é demasiadamente destoante dos demais; e da Trafocare, uma vez que não houve o detalhamento do serviço técnico.

Assim sendo, a fim de adoção do preço de referência, a equipe de planejamento utilizará a média dos preços de Serviço Técnico, na ordem de R\$ 3.342 para o conjunto do serviço e de R\$ 477,43 a unidade, pois o serviço foi cotado para sete unidades.

Do adicional de periculosidade

Em relação às especialidades que irão desempenhar suas atividades contratuais dentro do escopo de Manutenção Predial a equipe de planejamento levantou que somente o cargo de eletrotécnico faz jus. A Administração adotou, no cálculo do preço de referência, a inclusão do pagamento de adicional de periculosidade, alíquota de 30% (trinta por cento), conforme previsão art. 193 do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943 – CLT, passível de ratificação mediante a apresentação de laudo técnico pela contratada.

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012)

I - Inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

II - Roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

III – colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito. (Incluído pela Lei nº 14.684, de 2023)

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Como é cediço, a Administração Pública é responsável subsidiária pelo inadimplemento por parte da contratada dos encargos trabalhistas conforme inciso IV do enunciado número 331 do Superior Tribunal do Trabalho, abaixo transcrito:

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que haja participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

A não previsão em edital de licitação do pagamento do adicional poderá acarretar a responsabilização subsidiária da Administração.

Desse modo, será exigido como obrigação da contratada providenciar, às suas expensas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, laudo pericial a fim de ratificar a caracterização de área de risco dos prédios envolvidos no contrato, tendo em vista a determinação contida na alínea "f" do item 10.1.

Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 05/2017, combinado com o art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Será exigido das licitantes que cotem, como encargo em sua proposta, o adicional de periculosidade do cargo de eletrotécnico, conforme §1º do art. 193 da CLT, cujo laudo deverá ser custeado pela licitante vencedora.

A não previsão em edital de licitação do pagamento do adicional poderá acarretar a responsabilização subsidiária da Administração.

Não considerar o adicional de periculosidade, impacta na previsão orçamentária e gera retrabalho com aditivos/ajustes contratuais futuros, sendo que especificamos tarefas (preventivas e corretivas) prevista no rol expresso do direito. Independentemente se é posto ou prestação de serviço, o risco está presente na execução das tarefas com tensão acima de 1.000 Volts em corrente alternada, refletindo, portanto, nas bases de custo.

A periculosidade não tem como pressuposto a exposição permanente, eis que uma única fração de segundo, com a hipótese de uma descarga elétrica pode ocorrer o óbito do empregado. Por essa razão o TST, na Súmula 364 (item I), manifesta o entendimento de que a exposição ainda que intermitente dá ensejo à percepção do adicional de periculosidade.

Podemos verificar também no recorte abaixo do TRT04:

TRT-4 - ROT XXXXX20185040812

Jurisprudência • Acórdão • Mostrar data de publicação

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. **ALTA TENSÃO.** ART. 932 DO CPC . O trabalho executado em atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em **alta tensão** enquadra-se no que dispõe o Anexo 4 da NR 16 da Portaria nº 3.214/78 do MTE, gerando direito ao pagamento de adicional de periculosidade. O art. 193 , I , da CLT não exige que o contato com energia **elétrica** seja permanente para o enquadramento da atividade como perigosa, na medida em que a ocorrência de um possível acidente é imprevisível. A periculosidade está relacionada à potencialidade do risco e não à efetiva ocorrência do sinistro. Adicional de periculosidade devido.

Da Norma Regulamentadora - NR16 Atividades e Operações Perigosas - destacamos o seguinte:

Conforme o item 16.1, as atividades e operações perigosas estão expressamente listadas nos anexos; sendo o anexo 4 o que trata das atividades com energia elétrica; e várias especificadas no nosso plano de manutenção estão caracterizadas.

O item 16.2 descreve: O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

E no anexo IV encontramos já no primeiro item nosso enquadramento direto (a, b e c):

ANEXO IV **ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA** *(Aprovado pela Portaria MTE nº 1.078, de 16 de julho de 2014)*

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

- a) que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão;**
- b) que realizam atividades ou operações com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR-10;**
- c) que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;**

Há um destaque na linha "c": a RFB hoje, não tem como garantir o cumprimento do item 10.2.8 da NR10, para todas as instalações, devido a vários problemas inclusive os provocados pela idade das instalações.

Quanto à caracterização ou descaracterização pelo empregador/prestador, através de laudo, é desnecessário pois incluímos no escopo um rol de atividades expressamente enquadradas conforme detalhado.

Será exigido das licitantes que cotem, como encargo em sua proposta, o adicional de periculosidade do cargo de eletrotécnico, conforme §1º do art. 193 da CLT.

Se, porventura, laudos periciais supervenientes constarem a cessação de risco para os envolvidos, por iniciativa ou não da Administração, o referido adicional será eliminado das planilhas de custo e de formação de preços.

Do adicional de Insalubridade

Não há previsão de pagamento de adicional de insalubridade para as especialidades a serem alocadas na contratação.

Do valor estimado

O objeto da contratação em análise não está sujeito a limites de valores fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Seges/MPDG.

Diante do exposto, a formação do preço de referência para a presente licitação tem a seguinte composição dos custos para apresentação de proposta para cada um dos lotes:

Função	Valor total mensal (em R\$)
Manutenção preventiva (serviços), manutenção corretiva (serviços), deslocamentos, serviço de PCM e serviço de supervisão.	(PF)
Parcela Variável (30% do VALOR FIXO p/ peças e materiais p/manutenção e serviços eventuais)	$PF \times 30\% = (PV)$
Preço máximo mensal estimado	$PF + PV = (PM)$

Preço global máximo estimado para 60 meses	$PM \times 60 = (PG)$
--	-----------------------

PF - Preço mensal fixo dos serviços (item A + item B).

PV - Previsão máxima de reembolso mensal da aquisição de peças e materiais necessárias para a manutenção e serviços eventuais autorizados (item C).

PM - Preço mensal máximo dos serviços (item A + item B + item C) .

PG - Preço global máximo dos serviços.

O valor estimado mensal da contratação, obtido pelo processo acima descrito, detalhado em anexo próprio do Termo de Referência, será de:

Lote 1 - R\$ [REDACTED], incluído neste valor as peças de reposição e materiais de consumo, bem como os serviços especializados que poderão ser subcontratados e os serviços eventuais e de apoio previstos, os quais serão reembolsados. e;

Lote 2 - R\$ [REDACTED], incluído neste valor as peças de reposição e materiais de consumo, bem como os serviços especializados que poderão ser subcontratados e os serviços eventuais e de apoio previstos, os quais serão reembolsados.

O custo total estimado para toda a vigência do contrato (60 meses) é de:

Lote 1 - R\$ [REDACTED], que será adotado como preço de referência para a licitação. e;

Lote 2 - R\$ [REDACTED], que será adotado como preço de referência para a licitação.

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea 'b' do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

Separar a demanda em diversos itens não seria uma atitude capaz de garantir eficiência na contratação e na gestão dos contratos. Neste caso, isolar os serviços em itens representaria um risco de a contratação restar deserta. E, em face da diminuição constante de servidores públicos disponíveis para a condução dos processos da Administração Pública, é necessária a adoção de uma estratégia inteligente e capaz de gerar eficiência, eficácia e economia no campo processual.

A estratégia de contratar os serviços em dois lotes único, englobando os serviços de engenharia de manutenção predial, é capaz de gerar valor na condução dos processos pela Administração e não é capaz de restringir a competitividade. Nesse sentido, uma disputa individualizada por localidade, como aventada no parágrafo anterior, teria grande probabilidade de insucesso, uma vez que não se configuraria atrativo para os licitantes envidar esforços para análise de conjuntura, elaborar planilhas, consultar fornecedores, para disputar um único local de trabalho.

Em outra leitura, fazer todas essas análises para cada local dissociado um do outro seria totalmente descabido. Além do mais, existe vantagem para a Administração na contratação em dois grupos.

As empresas, ao ofertarem para um conjunto de localidades, terão condições de apresentar melhores preços porque vão possuir contratos mais vultuosos e com maior potencial de lucratividade. Um parcelamento mais radical implicaria maiores gastos com despesas administrativas e operacionais. A estratégia adotada pela Administração não trará prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

A contratação dos serviços em dois grupos sem o parcelamento do seu objeto, englobando as especialidades de manutenção predial, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

1. O parcelamento tornaria a parte do contrato que se refere aos serviços a serem prestados nos locais de pequena área/demanda, ou afastados, ou demandas insignificantes em termos de valor, podendo ocasionar fracassada sua contratação;
2. Quanto maior o valor do contrato, mais atraente se torna para as empresas do segmento. Elas ainda podem se beneficiar da compra dos insumos, equipamentos e uniformes em escala, reduzindo o preço unitário, gerando ganho de escala.
3. Não haverá necessidade de gerir mais do que dois contratos, havendo economia:
 - Nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa (caso arremate os dois lotes) ou no máximo sobre duas;
 - De recursos financeiros, pois não serão replicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamento; e
 - De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, quanto a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em poucos procedimentos de contratação. Uma vez realizado tal procedimento, as equipes estarão liberadas para redirecionar seus esforços à realização de outras atividades.

Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação. O parcelamento para cada localidade, pelo contrário, pode trazer prejuízos para o conjunto da solução, afastando alguns competidores e tornando a contratação de alguns itens inviáveis.

Em razão dos apontamentos acima, julgamos que formação de dois grupos é a solução que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC

Os serviços que se pretende contratar estão adequadamente previstos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do órgão. O objeto de licitação tem consonância com o planejamento estratégico da SRRF09, uma vez que ele consta anualmente de sua programação orçamentária.

Referencial Orçamentário

A contratação está adequada à Portaria Copol/Sucor/RFB nº 513, de 20 de maio de 2025, que estabelece diretrizes para a gestão dos referenciais orçamentários da RFB para o exercício financeiro de 2025.

Plano de Gestão de Logística Sustentável do Órgão - PLS

A Portaria RFB Nº 502, de 20 de dezembro de 2024, promoveu a adoção do Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos pela Secretaria Especial Receita Federal do Brasil, disponível no sítio eletrônico do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no endereço <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/planos/planodelogisticasustentavel>.

A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável do Órgão.

Plano Estratégico

A presente ação encontra respaldo nos seguintes objetivos que integram o Plano Estratégico da Receita Federal do Brasil para os exercícios de 2024 a 2027 (Portaria RFB nº 392, de 28 de dezembro de 2023, publicado no BS da RFB de 28/12/2023, Seção 1, Página 2):

- Objetivo de Resultado: Arrecadação Federal e Satisfação dos cidadãos com a RFB;
- Objetivo de Processo: Ampliar as ações de orientação, facilitação e assistência ao contribuinte; e reduzir o tempo de respostas às demandas dos contribuintes;
- Objetivo de Governança, Gestão, Pessoas e Recursos: Fortalecer a atuação da RFB; Aperfeiçoar as práticas de governança, responsabilidade social e sustentabilidade.

Considerando que se trata de serviços de natureza continuada e sua falta pode prejudicar as atividades desempenhadas pelos Agentes Públicos e o bom atendimento aos colaboradores e contribuintes, torna-se imprescindível à contratação de empresa para a execução dos serviços.

Os valores, por sua vez, refletem os padrões de comportamento institucional e representam os fundamentos éticos que devem nortear a conduta dos servidores e colaboradores. Os que podem ser atingidos por esta contratação são a transparência e respeito ao cidadão. Os atos da contratação serão publicados e motivados, promovendo a transparência à sociedade sobre as decisões da Administração. O respeito ao cidadão é alcançado, além das condutas dos servidores que os atendem, por meio da recepção em imóveis adequados e seguros para seu conforto e saúde quando do atendimento.

A SRRF09, face à responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem-estar dos administrados e à preservação do meio ambiente e do bem-estar social de forma sistemática e contínua, implementa política de responsabilidade socioambiental que visa à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a promoção da proteção social no tocante à preservação dos direitos trabalhistas dos funcionários a serem alocados no contrato. Assim, esta contratação está em sintonia com a Gestão Pública Sustentável.

13. Vedação de Consórcio - Justificativa

Veda-se a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio tendo em vista que, para o tipo de serviço a ser contratado, comum e disponível no mercado para qualquer interessado (empresa em geral), encontram-se várias fornecedoras que o executam. Assim, a vedação à participação de consórcios não traz prejuízo para o certame licitatório nem cerceia a ampla concorrência.

É recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou alta complexidade, como, por exemplo, a construção de uma usina hidroelétrica, em que, se não fosse permitida a participação de consórcios, restringir-se-ia a competição, na medida que, por hipótese, somente 1 ou 2 empresas individualmente consideradas teriam condições de executar a obra.

Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.

Assim, em face do acima exposto, conclui-se que a vedação de participação de empresas em consórcio para o caso concreto, é a que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

14. Vedação de Cooperativas - Justificativa

O Termo de Conciliação Judicial firmado entre a AGU e o MPT nos autos do processo 01082-2002-020-10-00-0, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília, enumera alguns serviços em que a contratação destas é vedada. Nos termos da Cláusula Primeira do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, a União deverá ser abster de contratar, por meio de cooperativas de mão de obra para a prestação de serviços terceirizados, sendo eles:

- a) limpeza;
- b) conservação;
- c) de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) recepção;
- e) copeiragem;
- f) reprografia;
- g) telefonia;
- h) **manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;**
- i) serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) auxiliar de escritório;
- k) auxiliar administrativo;
- l) office boy (contínuo);
- m) de digitação;
- n) de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) ascensorista;
- q) enfermagem; e
- r) serviços de agentes comunitários de saúde.

15. Contrato de 60 meses - Justificativa

Os serviços serão contratados por meio da celebração de instrumento específico escrito de contrato que vigorará por 60 (sessenta) meses, admitidas prorrogação, limitada a vigência ao prazo máximo de 10 (dez) anos, em conformidade com o indicado no Manual de Manutenção de Ativos da RFB, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposto no inciso I do artigo 106 da Lei nº 14.133/21.

Em sendo comprovado que a prorrogação do prazo de vigência contratual é vantajosa para a Administração, será ela formalizada por meio de instrumento de aditamento contratual.

Entende-se que a fixação do prazo de vigência originário do contrato em 60 (sessenta) meses traria benefícios para a Administração, inclusive projetando para o caso concreto, pois:

1. propicia vantagem econômica na medida em que as licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses;
2. permite que as licitantes adquiram materiais/uniformes/equipamentos por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato;
3. permite que as licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, sentindo, com isso, mais atraídas pela disputa;
4. reduz procedimentos de prorrogação do contrato, o que economiza mão de obra tanto dos servidores que atuam na matéria, como da Assessoria Jurídica, todos já sobrecarregados de tarefas, em razão da histórica insuficiência de recursos humanos. Com a inflação controlada não há prejuízos em suprimir dois procedimentos de prorrogação;
5. permite uma melhor seleção dos empregados por parte da contratada, pois há a perspectiva de maior duração do contrato, o que pode se tornar um atrativo; e
6. os empregados da contratada ficarão com conhecimento de diversos procedimentos e de áreas restritas da Secretaria da Receita Federal, portanto, desta forma, não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.

Assim, considera-se justificado o estabelecimento de 60 (sessenta) meses para o prazo inicial do contrato.

16. Não adoção do Decreto nº 9.450/2018

Conforme a hipótese prevista no § 4º do art. 5º do Decreto nº 9.450/2018, onde consta "A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável" apresentamos as seguintes justificativas para a não aplicação do mencionado diploma.

O Decreto 9.450/2018 também estabelece o seguinte:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - Três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

II - Quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;

III - cinco por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou

IV - Seis por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

A contratação em tela, apesar de não ser definida como posto de trabalho, poderá envolver, cerca de 29 (vinte e nove) profissionais terceirizados.

Aplicado o percentual previsto no inciso I do art. 6º do Decreto 9.450/2018 para a prestação dos serviços, temos fração inferior a uma unidade. Contudo, ainda que se interpretasse a imposição de contratação de um empregado egresso do sistema prisional, o ato não seria prudente.

Considerando as rotinas de trabalho desenvolvidas pela Receita Federal do Brasil e do porte da contratação que se pretende efetivar, não se vislumbra a hipótese de utilização de mão de obra de egressos do sistema prisional prevista no Decreto nº 9.450/2018. Conforme o previsto no § 4º do art. 5º desse Decreto, registra-se as seguintes justificativas para a não aplicação do mencionado diploma:

Os serviços serão prestados em locais considerados de alto risco para a segurança pois neles se encontram depositados bens e patrimônio público ou sob guarda-fiscal, em volume, variedade e valor significativos.

As disposições internas dos recintos, as rotinas dos servidores e os detalhes dos locais de guarda dos bens de patrimônio e itens apreendidos devem ser mantidos sob sigilo.

Do exposto se depreende que, em face das rotinas de trabalho desenvolvidas pela Receita Federal do Brasil e do porte da contratação que se pretende efetivar, não se vislumbra a hipótese de utilização de mão de obra de egressos do sistema prisional na presente contratação, pelo que a Administração deixa de aplicar o disposto no art. 5º do Decreto 9.450/2018, fazendo uso da exceção expressa no § 4º do mesmo artigo.

17. Não adoção do Decreto nº 11.430/2023

O Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Apesar de a contratação conter estimados 29 (vinte e nove) profissionais, eles serão divididos por unidades base, de modo que a exigência de um percentual mínimo se torna impraticável.

Em contratações como esta, a reserva de vagas pode acabar sendo desproporcional ou até inviável. Além disso, a busca por candidatas que atendam ao critério específico pode ser desafiadora, o que pode comprometer o preenchimento adequado das vagas e o andamento eficiente do processo de contratação.

Embora a adoção do decreto não seja viável, é possível sugerir, que a empresa contratada considere a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica. Isso pode ser incentivado como uma prática de responsabilidade social corporativa, sem imposição legal, permitindo maior flexibilidade no processo seletivo e alinhamento com a missão social da empresa.

18. Anuência de outros órgãos

A Administração entende que serviços de manutenção predial de pequeno porte, como reparos, pintura e manutenção preventiva, não necessitam de autorização prévia da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) nem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A necessidade de autorização seria nos casos de serviços de grande porte, de obras de grande porte e reformas, ampliações e construções. A não observação pode acarretar sanções.

Imóveis tombados pelo patrimônio histórico podem ter regras específicas para a realização de qualquer tipo de obra ou serviço, incluindo manutenção.

Portanto, considerando que os serviços de manutenção predial são considerados serviços comuns de engenharia e que, pelo escopo do edital, são considerados serviços de manutenção predial de pequeno porte, a Administração entende que não há a necessidade de solicitar autorização prévia.

19. Qualificações - Justificativas

Da qualificação econômico-financeira

Capital Circulante Líquido - 16,66% sobre o valor total anual estimado da contratação

Justificativa quanto às exigências de qualificação econômico-financeira, no que se refere ao **Capital Circulante Líquido (CCL)**, **fixado em no mínimo 16,66% do valor total anual estimado da contratação** (Art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

A exigência de Capital Circulante Líquido (diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante) tem por objetivo aferir a liquidez de curto prazo da empresa licitante, ou seja, sua capacidade de honrar compromissos imediatos e de curto prazo que decorrem da execução contratual, de modo a mitigar riscos à Administração Pública durante a vigência contratual.

A definição de percentual mínimo de 16,66% (1/6) sobre o valor estimado da contratação encontra respaldo no §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que permite à Administração exigir demonstrações de que a empresa possui capital de giro suficiente para suportar os encargos decorrentes do contrato. A delimitação do prazo em base anual do contrato provém da jurisprudência do Acórdão TCU nº 1.087 /2025 - Plenário. A escolha do limite de 1 /6, embora inferior ao valor total de uma medição mensal média (caso a execução se dê de forma contínua), leva em consideração o seguinte:

1. Liquidez Imediata e Capacidade Operacional Inicial:

O contrato demandará mobilização inicial de recursos antes mesmo da primeira medição e do pagamento correspondente, como aquisição de materiais, contratação de pessoal e custos logísticos. A exigência de CCL compatível com pelo menos uma fração proporcional do valor contratual garante que a empresa tenha liquidez suficiente para iniciar e manter os serviços.

2. Natureza Contínua e Rotineira do Objeto:

A contratação de serviços de manutenção predial envolve a realização de atividades contínuas, com necessidade de cobertura financeira para despesas recorrentes (salários, encargos sociais, reposição de materiais, deslocamento de equipes, etc.). O CCL mínimo exigido assegura que a empresa terá capacidade financeira para operar de forma ininterrupta, mesmo diante de eventuais atrasos ou dificuldades administrativas.

3. Mitigação de Riscos Operacionais:

Empresas com capital de giro insuficiente tendem a apresentar maior propensão à descontinuidade dos serviços, atraso no cumprimento de obrigações trabalhistas e fiscais, além de dificuldades na aquisição tempestiva de materiais e insumos. O requisito de 16,66% visa reduzir esse risco, protegendo o interesse público e evitando a necessidade de intervenções ou contratações emergenciais.

4. Equilíbrio Econômico-Financeiro:

Ao fixar o CCL mínimo em 16,66% do valor estimado anual da contratação, a Administração busca um ponto de equilíbrio entre a exigência de saúde financeira e a preservação da competitividade do certame, evitando restrições excessivas ao número de participantes e assegurando que apenas empresas com condição mínima de liquidez disputem o contrato.

5. Habilitação Responsável e Preventiva:

A verificação do Capital Circulante Líquido é uma ferramenta de prevenção de riscos contratuais, assegurando que a contratada seja uma empresa apta a executar com qualidade e regularidade os serviços ao longo do contrato. O valor de 16,66% foi adotado com base na Lei 14.133/2021 que indica essa fração como mínima aceitável para suportar o ciclo operacional médio de contratos dessa natureza.

6. Compatibilidade com o Ciclo Financeiro do Contrato:

Considerando que os pagamentos são realizados com base em medições mensais, o valor de 16,66% do total anual estimado equivale aproximadamente a dois meses de operação (1/6), margem razoável para assegurar o funcionamento inicial e a continuidade dos serviços até que o fluxo financeiro contratual se estabilize.

Demonstrações contábeis - 2 (dois) últimos exercícios

Justificativa quanto às exigências de apresentação de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios exigíveis (Art. 69, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. Segurança da contratação:

Em contratos de longa duração, como o presente, de cinco anos, é essencial garantir a estabilidade financeira do contratado ao longo de todo o período. A análise dos índices dos dois últimos exercícios sociais oferece uma visão mais abrangente e confiável da saúde financeira da empresa, reduzindo riscos de inadimplência ou interrupção dos serviços.

2. Previsibilidade:

A exigência de comprovação dos índices econômico-financeiros nos dois últimos exercícios permite uma avaliação mais precisa da capacidade de planejamento e gestão financeira da empresa. Isso é crucial para contratos de longa duração, onde a capacidade de manter a qualidade e a continuidade dos serviços é fundamental.

3. Mitigação de Riscos:

A análise dos índices dos dois últimos exercícios sociais ajuda a identificar tendências financeiras que podem não ser evidentes em um único exercício. Isso é particularmente importante em contratos longos, onde a sustentabilidade financeira do contratado é um fator crítico para o sucesso do contrato.

Conclusão

Diante do exposto, as exigências de qualificação econômico-financeira, são justificadas pela natureza e complexidade do objeto, pela duração do contrato, pelos riscos financeiros envolvidos, pela necessidade de investimentos e pela garantia de cumprimento das obrigações contratuais. Essas exigências visam selecionar

empresas com capacidade financeira adequada para executar o objeto com qualidade, eficiência e segurança, em benefício da Administração Pública e da sociedade.

Da qualificação das categorias profissionais alocadas no contrato

A formação e experiência desejável dos profissionais para os serviços de manutenção predial são os seguintes, extraídos do Manual da Manutenção de Ativos/RFB:

CARGO	CBO	Requisitos Mínimos	Variante (nome do cargo)
Ajudante de Pintor	7166-10	Alfabetização	
Oficial de Manutenção Predial	5143-25	Ensino fundamental completo + Curso da NR10 + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	
Pintor	7166-10	Alfabetização + Experiência mínima de 02 anos + CNHB	
Técnico Eletricista	3131-30	Ensino médio completo + Curso técnico + Curso da NR10 SEP + CNHB + Experiência mínima de 02 anos + Conhecimento em cabeamento estruturado.	Eletrotécnico
Técnico em Eletrônica	3132-15	Ensino médio completo + Curso técnico + Curso da NR10 + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	
Técnico Mecânico	3141-10	Ensino médio completo + Curso técnico + Curso da NR10 + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	
Técnico de Planejamento e Programação da Manutenção	3911-30	Ensino médio completo + Curso técnico + Curso da NR10 + Experiência mínima de 02 anos.	Técnico de Programação e Controle de Serviço de Manutenção
Encarregado	7102-05	Ensino médio completo + Curso técnico em edificações, elétrica, eletromecânica, PCM ou afins + Curso da NR10 + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	Mestre de Manutenção de Prédios
Engenheiro Eletricista - Supervisor	-	CREA + Curso da NR10 SEP + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	
Engenheiro Civil - Supervisor	-	CREA + Curso da NR10 + CNHB + Experiência mínima de 02 anos.	

A experiência desejável dos cargos que executarão os serviços se justifica em razão da alta complexidade de manutenção de alguns dos sistemas e equipamentos existentes, notadamente das subestações transformadoras de energia elétrica e do grupo gerador. Ressalta-se que qualquer defeito e/ou avaria, ainda que de pequena monta, em qualquer dos equipamentos citados prejudicaria sobremaneira o funcionamento do Órgão, podendo ocasionar, inclusive, a total paralisação das atividades, afetando diretamente o desempenho das tarefas pelos servidores, bem como o atendimento aos contribuintes e ao cidadão em geral.

Entregar a execução destas demandas a profissionais recém ingressos no mercado de trabalho seria, no mínimo, temerário, pois ainda não possuiriam conhecimentos práticos suficientes para realizar manutenção de tal monta. Para a contratação em tela, é imprescindível dispor de profissionais com razoável experiência prática na execução dessas demandas, já habituados a realizar a manutenção de equipamentos complexos, com o fito de reduzir a possibilidade de inviabilização do pleno funcionamento do órgão. Entende-se que a experiência profissional acima desejável é a medida que melhor atende ao interesse público.

20. Da não participação de Pessoas Físicas

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu art. 2º, a norma considera pessoa física “todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta”.

A IN SEGES/ME nº 116, de 2021, determina, em seu art. 4º, caput, que os editais ou os avisos de contratação direta possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda, de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”.

Portanto, a possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação.

Conforme a consultoria Zênite, são exemplos de licitações que podem ser vencidas por pessoas físicas: contratação de costureiras, pintores, jardineiros, carro de som, pesquisadores e o fornecimento de produtos alimentícios. Indica também que a exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais afasta a participação de pessoas físicas.

Assim sendo, como a contratação em tela, de uma gama de diferentes especialidades, requer que a contratada tenha de dispor e gerenciar equipe de profissionais para mobiliá-los, não é possível a participação de pessoa física.

21. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços de manutenção predial visa a resolver uma série de problemas operacionais e estéticos que comprometem o funcionamento adequado e a aparência dos prédios públicos.

Esses problemas incluem:

Conservação e Segurança: Manutenção inadequada pode levar ao desgaste estrutural, comprometendo a segurança dos usuários e a integridade dos edifícios.

Aparência e Funcionalidade dos Espaços: Espaços malcuidados afetam a imagem institucional e o bem-estar dos ocupantes e visitantes. A manutenção inadequada pode resultar em áreas descuidadas, afetando a funcionalidade e a estética dos espaços internos e externos.

Eficiência Operacional: Falhas na manutenção predial podem resultar em interrupções nos serviços, aumento de custos com reparos emergenciais e redução da vida útil das instalações e equipamentos.

Cumprimento de Normas e Regulamentos: É necessário assegurar que os edifícios estejam em conformidade com normas de segurança, saúde e acessibilidade.

A contratação de serviços de manutenção predial é essencial para assegurar a conservação, segurança, eficiência operacional e boa imagem institucional dos prédios públicos, além de garantir o cumprimento das normas aplicáveis. Com essa contratação, busca-se obter um ambiente adequadamente mantido, refletindo positivamente no desempenho dos servidores e melhorando a imagem da Receita Federal do Brasil junto aos contribuintes.

Além disso, a contratação propiciará ganhos à Administração na medida em que carece força de trabalho nos quadros da RFB. Ademais, inexistem quadros funcionais típicos na SRRF09 para a execução dos serviços em comento, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

A contratação tem como benefícios a disponibilização dos serviços, os quais visam a garantir o bom andamento do expediente e das funções regimentais a que a RFB está submetida com a viabilização dos serviços de manutenção predial, essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais da melhor maneira possível.

O arranjo dos serviços e das suas características (como a jornada mínima, a classificação dos serviços em função das atividades a serem desempenhadas) foram tratadas pela equipe de planejamento com os demandantes de modo a convergir a necessidade da Administração com o mínimo de recursos a serem despendidos com o atendimento das demandas.

Desse modo, a contratação de serviços de manutenção predial é crucial para garantir a conservação, segurança, eficiência operacional e boa imagem institucional dos prédios públicos da Receita Federal do Brasil abrangidos no objeto. Com essa contratação, buscamos um ambiente bem mantido, o que melhora o desempenho dos servidores e a imagem institucional. Além disso, em atendimento ao art. 18, § 1º, inciso IX, a medida é econômica e otimiza o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, visto que a RFB carece de força de trabalho específica para essas funções. A adequação dos serviços às necessidades da Administração foi planejada para assegurar a eficácia com o mínimo de recursos.

22. Providências a serem Adotadas

São necessárias providências em termos de adequação do espaço físico ou infraestrutura por parte da Administração para a execução dos serviços em tela.

A existência de uma base de apoio dentro da unidade do contratante para um prestador de serviço é um requisito operacional necessário para o bom andamento dos serviços.

O ponto de apoio na unidade base, e até mesmo nas unidades atendidas, é extremamente necessário para guarda de materiais e de ferramentas, para o terminal de programação do PCM, para intervenções que exigem trabalho em bancada, para uma copa, para guarda de documentos e manuais, para uma base avançada na unidade que provavelmente será a maior demandante de serviços.

Para operacionalização do novo modelo é indicado a disponibilização do espaço para o ponto de apoio nas unidades.

Além dessa providência, a Equipe de Planejamento sugere levar ao conhecimento:

- De cada gestor das unidades base a análise da necessidade de formalização de processo para tratar das áreas a serem cedidas à contratante com o objetivo de armazenar o estoque mínimo de materiais definido no TR, dos demais equipamentos e do ferramental;

Ao final da licitação, os fiscais do contrato serão comunicados a respeito de todos os requisitos da contratação, de forma a estarem aptos para fiscalizar o contrato.

23. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais gerados pela presente contratação estão relacionados aos produtos utilizados, ao descarte de suas embalagens e a outros resíduos gerados no decorrer do contrato. Nesse sentido, a Contratada deve adotar práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, bem como práticas de sustentabilidade na execução dos serviços em cumprimento ao disposto no art. 6 da Instrução Normativa SLTI o /MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010.

Desta forma a Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e de menor poluição.

A empresa contratada deverá orientar seus funcionários na adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em especial das Normas Brasileiras – NBR sobre resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade:

I. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;

- d) Adequada destinação dos resíduos das atividades de manutenção de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- f) Adoção de procedimentos de descarte adequado de lâmpadas sejam elas incandescentes, fluorescentes ou de LED, e
- g) Separação para descarte adequado de frascos de aerossóis em geral, acondicionando-os em recipientes adequados para destinação específica.

24. Dispensa da elaboração de projetos

Inicialmente, vejamos as seguintes recomendações do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia - AGU (pág. 25):

Vale assinalar que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia ganha maior importância quando se verifica que, conforme disposto no §3º do art. 18 da Lei n. 14.133, de 2021 e art. 15 da Instrução Normativa SEGES n. 58, de 08 de agosto de 2022, caso fique demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, ficando dispensada a elaboração de projetos outros.

A faculdade de que trata o parágrafo anterior cuida-se de aspecto técnico a ser apreciado motivadamente pelo setor competente de engenharia da Administração contratante (Enunciado BPC n.º 07 e art. 50, da Lei nº 9.784/1999).

Isso posto, o(s) membro(s) técnico(s) da equipe de planejamento, lotado(s) da Seção de Engenharia (SAENG /SRRF09) signatário(a/s) deste documento, entende(m) que os padrões de desempenho e qualidade almejados para a presente contratação poderão ser especificados no Termo de Referência e seus anexos.

O escopo do serviço de engenharia é classificado como comum e de baixa complexidade. Por essa razão, o Termo de Referência é um documento capaz de conter os elementos suficientes para especificar o objeto, trazendo nele e em seus anexos todas as definições, regras, fluxos, obrigações, planos, relações, controles e demais instrumentos para a delinear toda a execução contratual.

Por essas características, não há, para o objeto, a necessidade de elaboração de projeto básico de engenharia ou de seus projetos executivos.

25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

25.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se enquadra na legislação de regência, conforme demonstrado neste estudo e é considerada essencial para a Administração. Existem muitas empresas aptas a prestar o serviço que se pretende contratar, o que possibilita a ampla concorrência. O escopo e os requisitos para execução estão bem detalhados e suficientes para minimizar os riscos e garantir o sucesso da contratação e o alcance dos resultados.

26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ARTHUR HAUSBERGER DE OLIVEIRA

Engenheiro



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:42:59.

ALESSANDRO SELLA

Engenheiro



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:47:20.